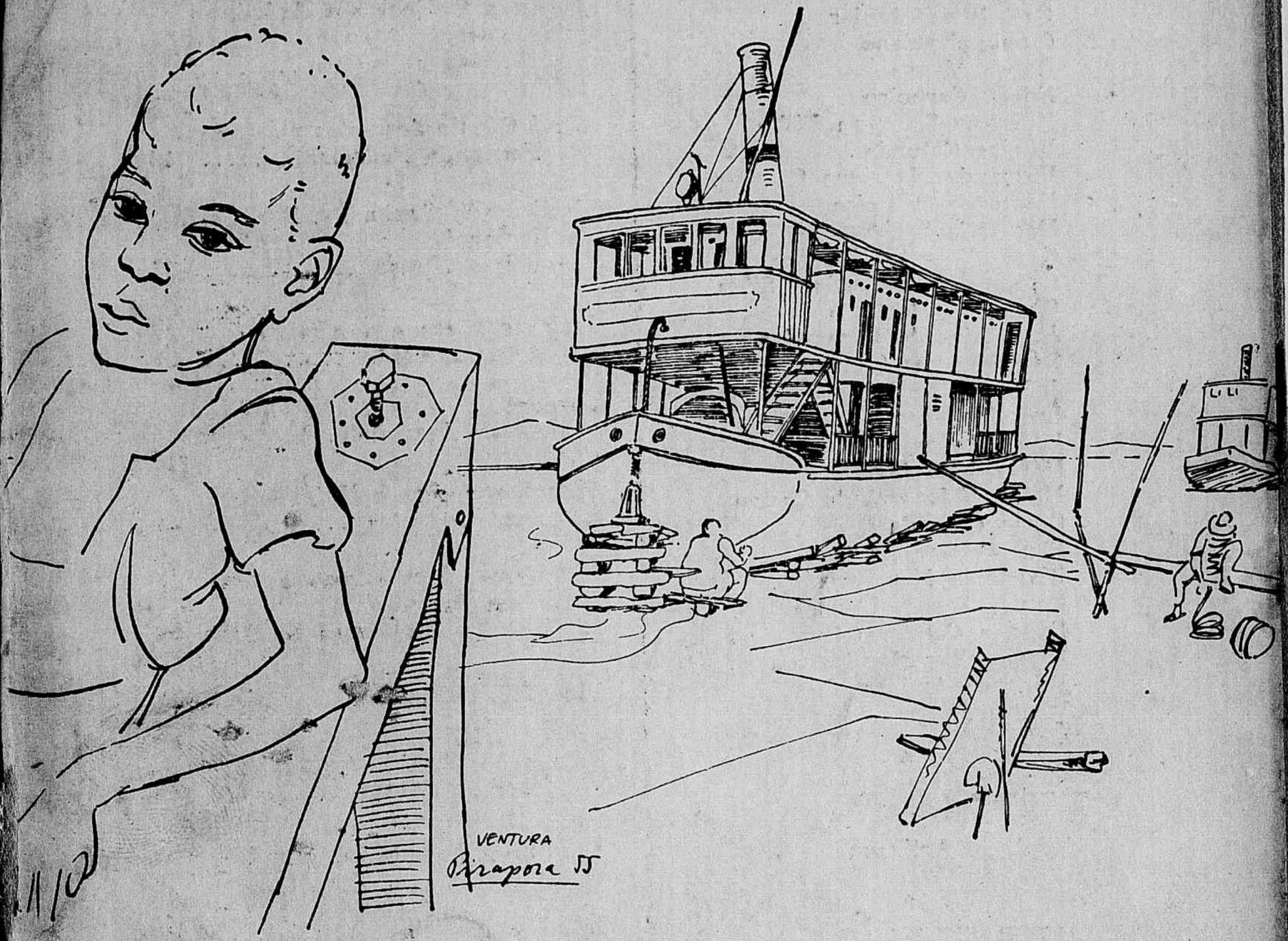


Instrumentos

REVISTA DE MÚSICA DA CEFUR • FUNDADOR MONTEIRO LOBATO



PLENO SINFÔNICO DOS COMPOSITORES SOVIÉTICOS
CLAUDIO SANTORO
ACORDO ATÔMICO BRASIL-ESTADOS UNIDOS
O NÓ GÓRDIO DAS ARTES PLÁSTICAS -
FERNANDO PEDREIRA

CR\$ 10,00



38

1955

CONSELHO DE REDAÇÃO

Afonso Schmidt
Alfredo G. Galiano
Alvaro de Faria
Aparicio Torcelly
Artur Neves
Astrojildo Pereira
Braulio Pedroso
Cláudio Santoro
Caio Prado Junior
Clovis Graciano
Clovis Moura
Edson Carneiro
Eduardo Sucupira Filho
Eunice Catunda
Fernando Henrique Cardoso
Fernando Pedreira
Fernando Segismundo
Geraldo Santos Pereira
Gilberto de Andrada e Silva
Gonçalves Machado
José Eduardo Fernandes
José Menezes Campos
João Belline Burza
Luiz Enjolras Ventura
Léo Ribeiro de Morais
Mário Schemberg
Moacyr Werneck de Castro
Omar Catunda
Paulo Pedro Dantas
Rivadavia Mendança
Renato Santos Pereira
Rossine Camargo Guarnieri
Samuel Barnsley Pessoa
Vilanova Artigas
Walter Sampaio

*

DIRETOR

Vilanova Artigas

*

REDATOR CHEFE

Afonso Schmidt

*

FUNDAMENTOS não se responsabiliza pelos conceitos emitidos em trabalhos assinados. Não devolve originais.

*

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Largo do Arouche, 49 — 2º — s. 21
São Paulo — BRASIL.

ÍNDICE

Editorial	1
O VIII Pleno Sinfônico dos Compositores Soviéticos Cláudio Santoro	3
Algumas Críticas aos Acôrdos sobre Energia Atômica Brasil-Estados Unidos	12
O Nó Górdio das artes plásticas Fernando Pedreira	18
Euclides da Cunha e a Realidade Nacional Clóvis Moura	27
Entre a Missa e o Almoço Artur Azevedo	37
Juvenal Artur Azevedo	42
Passaporte para o Haiti René Depestre	44
Futurismo, Formalismo e Realismo em Maïacovski Alfredo Guilherme Galliano	52
Vida Médica	59
Balada ao Bom Camarada Martins Fontes	63
Teatro — Panorama em São Paulo	64
Notas e Notícias	66
Livros e Revistas	68
Fundamentos do Leitor	71

nossa capa

«Pirapora», desenho de
Luiz Ventura.

EDITORIAL

A realização de eleições no próximo dia 3 de outubro constitui uma vitória do povo brasileiro que, pelos seus sentimentos democráticos e seu entranhado amor à liberdade, soube compreender a necessidade de forjar uma ampla frente nacional anti-golpe contra as manobras dos inimigos da Pátria.

Dentro dessa vigorosa frente de luta, a intelectualidade brasileira, fiel às suas mais legítimas tradições de patriotismo, de amor à liberdade e de compreensão de seus deveres cívicos, ocupa honrosamente o lugar de relêvo que sempre lhe coube nas lutas patrióticas de nosso povo. Através das mais variadas manifestações de protesto, em abaixo-assinados, comícios e atos públicos, elementos representativos da intelectualidade nacional ergueram alto sua voz para se colocarem corajosamente ao lado do povo contra as maquinações da minoria golpista.

Escritores, médicos, engenheiros, advogados, professores e artistas representantes de todos os setores da cultura, sem levar em conta suas divergências ideológicas, políticas ou estéticas, exprimem de forma eloquente uma viva disposição de luta em defesa da Constituição e das liberdades democráticas. Pensadores católicos como Tristão de Atafde e Gustavo Corção, escritores do renome de Anibal Machado, Josué Montello, Genolino Amado, Mario Donato, Jorge Amado e Marques Rebelo, engenheiros e arquitetos ilustres como Oscar Niemeyer, Lucas Nogueira Garcez, Nilo Amaral, Oscar Americano e Rino Levi, artistas de fama mundial como Cândido Portinari e Cláudio Santoro são alguns dos nomes a destacar dentre as centenas de dignos representantes da cultura brasileira que participam do grande movimento em defesa das liberdades.

Mas o perigo do golpe militar-fascista ainda subsiste. Os inimigos da democracia, que ainda mantêm postos-chaves no governo e na imprensa a serviço do imperialismo norte-americano, continuam a conspirar contra nossa Pátria e procuram por todas as maneiras perturbar o processo eleitoral. Estamos vivendo num clima de ameaças às liberdades democráticas. O processo de unificação das forças anti-

golpe deve, pois, prosseguir em ritmo acelerado e em nível cada vez mais alto. Devemos redobrar a vigilância e fazer com que as próximas eleições se tornem numa derrota dos inimigos da Pátria e sejam mais um passo de nosso povo no caminho da democracia, do progresso e da paz.

* * *

Nós, os intelectuais paulistas reunidos em torno de FUNDAMENTOS, registramos com intenso júbilo a posição de luta assumida pela intelectualidade brasileira em defesa da Constituição e das liberdades. Julgamos mesmo que essa luta veio reforçar e dar significado político mais profundo à unidade que, através de inúmeros congressos e campanhas, já havíamos estabelecido em defesa da cultura nacional. É precisamente no interesse da defesa da nossa cultura — um dos patrimônios mais preciosos da nacionalidade — que nos sentimos no dever de deixar clara nossa posição em face dos candidatos que concorrem ao pleito de 3 de outubro.

Não somos nem poderíamos ser indiferentes a este ou àquele candidato. Pelo contrário, temos a mais profunda convicção de que as candidaturas dos srs. Juscelino Kubitschek e João Goulart polarizam a maioria das forças anti-golpistas, e que a vitória desses dois candidatos significará mais uma derrota dos generais fascistas e abrirá ao povo brasileiro a perspectiva de novas vitórias na defesa das liberdades democráticas.

Estamos convencidos de que votar em Juscelino Kubitschek e João Goulart é votar contra o golpe militar-fascista e pela salvaguarda das liberdades democráticas, é votar por um clima em que será mais fácil continuar a luta por aquelas condições mínimas que permitam o desenvolvimento de nossa cultura e a marcha do povo brasileiro no caminho do progresso.

Baseados nessa convicção, apelamos aos nossos colegas, leitores e amigos para que, reforçando a unidade já alcançada na luta contra o golpe militar fascista, demos um novo passo à frente e votemos todos, no próximo dia 3, em Juscelino Kubitschek e João Goulart — candidatos em torno dos quais se vem forjando a ampla frente anti-golpe em defesa da Constituição e das liberdades democráticas.

«O VIII Pleno Sinfônico dos Compositores Soviéticos»

CLAUDIO SANTORO

Tentarei, na medida do possível fazer um apanhado do que foi esta magnífica realização dos compositores soviéticos, o VIII Pleno Sinfônico, dividindo êste comentário em três partes:

- 1) O que foi a organização do Pleno;
- 2) A sua realização e rápido comentário das principais obras apresentadas;
- 3) O Informe do musicólogo Danilewiski e a discussão no plenário da União dos Compositores Soviéticos.

Foi para mim uma inteira novidade e uma grande oportunidade em todos os sentidos, tudo que vi e ouvi. Naturalmente êste relato seria mais positivo se todos os leitores tivessem a sorte que se me apresentou, ouvindo as obras executadas. Mas, com toda a honestidade profissional, procurarei descrever as impressões causadas por esta magnífica apresentação da grande arte sinfônica soviética, realizada entre 7 a 18 de março do corrente ano.

1) «O QUE FOI A ORGANIZAÇÃO DO PLENO»

Para compreendermos melhor a organização do Pleno, é necessário uma explicação sobre a organização da União dos Compositores Soviéticos. Esta associação que engloba 1200 (mil e duzentos) compositores e musicólogos, é uma poderosa organização que tem sua sede em Moscou, ligada naturalmente a todas as outras congêneres das diversas Repúblicas Soviéticas tais como a da Armênia, Geórgia, Ucrânia e outras. A sede em Moscou que já não comporta todos os departamentos, e que por isso mesmo está sendo construído um novo edifício, inclui além de um auditório, as redações da revista "Música Soviética" os departamentos administra-

tivos etc. A nova sede terá além de um grande auditório, um museu de instrumentos, uma biblioteca e discoteca, etc. A União dos Compositores Soviéticos recebe anualmente a soma aproximada em nossa moeda de 240.000.000, 00 (duzentos e quarenta milhões de cruzeiros) para fins administrativos. Este fundo provem da Sociedade de Direitos Autorais, dos direitos dos velhos mestres russos mortos e do domínio público. O Fundo que nunca é todo gasto, e que está sendo acumulado, serve para a organização de festivais, pequenas edições especiais da União (porque existe uma grande editora central em Moscou e várias outras nas diversas Repúblicas Soviéticas) empréstimos, ajudas particulares aos compositores e administração da União, e manutenção das "casas de criação". Estas casas de criação, que existem em diversos locais da União Soviética, são uma espécie de pequenos vilarejos, onde os compositores têm a sua disposição várias residências isoladas, com todo conforto em diversos tamanhos, durante dois a três meses gratuitamente. Além de um restaurante central, pode o compositor pedir pelo telefone de sua casa que lhe seja enviada a refeição, a fim de não ser interrompido seu trabalho. Visitei uma dessas localidades, perto de Moscou, que se chama Rusa, lá encontrando vários compositores em gozo deste privilégio que só os países socialistas proporcionam aos seus criadores. Desta maneira verifiquei pessoalmente o carinho com que é tratado o artista criador na pátria do socialismo. Com uma idéia ligeira do que é a União dos Compositores Soviéticos, pode-se adivinhar como foi possível a realização do Pleno. Os compositores e os intérpretes são os próprios organizadores do movimento musical, juntamente com as organizações de concêrtos tais como a Filarmônica, etc., que estão subordinados ao Ministério da Cultura. Não há empresários. São os próprios músicos que planificam anualmente a temporada.

O Pleno ocupou as oito orquestras de Moscou e alguns corais profissionais, incluindo a orquestra do Grande Teatro de Moscou, a mais bem para da URSS.

Para dar uma idéia do poder aquisitivo dos salários dos músicos, basta saber que uma grande parte dos executantes da Orquestra Sinfônica do Estado da URSS, que teve a honra de dirigir em Moscou, possui seu carro próprio. Os maestros da Ópera recebem 10.000 rublos mensais o que é uma soma enorme, principalmente se compararmos com o preço de um carro médio que é de 9.000 rublos. — Pode-se bem imaginar que somente um grande aprêlho de interpretação musical poderia realizar com toda a perfeição um plano de concêrtos sinfônicos diários, durante 11 dias consecutivos, executando obras novas e algumas com problemas de interpretação e técnica bem complexos. O Pleno Sinfônico, ocupou-se unicamente com obras sinfônicas: Sinfonias, Concêrtos,

Cantatas, Oratórios, Poemas Sinfônicos etc. Foram escolhidas 40 obras entre outras 300 (trezentas) compostas nos últimos anos, sendo que em sua maioria criadas nos últimos dois anos. A escolha das 40 obras pendeu da repercussão que as mesmas obtiveram entre a crítica, o público etc., pois tôdas as 300 foram executuadas anteriormente.

II) A REALIZAÇÃO DO PLENO

O Pleno foi iniciado com uma Abertura de Schostakoitch, escrita especialmente para o VIII Pleno Sinfônico. O público que sempre lotava os concêrtos mostrava-se de um alto nível, pois sabia aplaudir as boas obras como também reagia friamente para as obras menos expressivas. Havia sempre uma grande quantidade de jovens entusiastas. Uma das grandes revelações para mim foi a quantidade de obras de jovens autores apresentadas neste Pleno Sinfônico. Não sòmente a quantidade me impressionou entre as obras dos compositores, mas sobretudo a qualidade e o nível técnico que êsses jovens demonstraram. Pude ter uma idéia precisa do alto nível técnico com que são preparados, sem todavia impedir o desenvolvimento de suas personalidades, mostrando êssas jovens que trilham novos caminhos longe de um esquematismo acadêmico, e uma padronização. As diversas tendências desses jovens autores, sem contudo fugir à tradição nacional de cada povo a que pertencem, demonstraram a vitalidade e fôrça criadoras da nova escola soviética. A primeira obra importante executada foi a Decima Sinfonia de Schostakovitch. Esta obra embora muito discutida com as mais diferentes opiniões, foi a que abriu o Pleno na noite de 7 de Março, na grande sala do Conservatório Tchaikoviski. Na minha opinião esta Decima Sinfonia de Schostakovitch é uma das grandes obras sinfônicas da criação soviética, e uma das melhores que escreveu seu autor. A obra é simples, trazendo algo novo na sua linguagem, e sua estrutura não possui subterfugios técnicos de escritura. As imagens musicais são diretas e o poder dramático conseguido por seu autor, que por vêzes dá impressão de uma grande complexidade, na realidade são obtidos por uma econômia de meios que só um mestre poderia realizar. A obra foi a mais discutida e debatida pelos compositores e musicólogos. Dominam os elementos dramáticos e trágicos, mas repetindo o compositor Bieliu, "pode-se expressar o sentimento de amor à humanidade pelo trágico". Todavia, alguns acham que a obra poderia ter mais elementos otimistas. Mas, como dizia Hubof, (diretor da revista "Musica Soviética") só a grande discussão suscitada pela obra, é já uma demonstração do interêsse que a mesma despertou é uma prova de sua importância na criação soviética. Em todo caso, numa cousa estão todos de acôrdo: a alto nível artístico da obra e a beleza dos elementos e de sua linguagem sonora. A obra,

nas palavras de seu próprio autor, está "inspirada na grande tensão que a humanidade se encontra". Ora, está tensão de expectativa sente-se na obra, principalmente nas imagens do primeiro movimento, onde predominam os elementos e os instrumentos graves da orquestra, que executam uma melodia entrecortada por acentos de grande tensão dramática, tensão que aumenta e diminui numa polifonia onde se nota a introdução de elementos cromáticos, que dentro do modalismo e tonalismo dão por vezes uma sensação de indefinido trabalho dentro do princípio do desenvolvimento orgânico da temática.

Entre os jovens apresentados destacamos Galinin, com seu Concerto para piano e orquestra, obra original, embora de um jovem de 32 anos, uma grande promessa da música soviética, mas que se encontra há vários anos com uma doença nervosa. Escreveu este concerto quando tinha 26 anos. R. Tchedrin, jovem de 22 anos que executou magistralmente seu próprio concerto de piano e orquestra, aluno ainda do conservatório, da classe de Schaporin.

Este concerto possui muita verve, orquestrado com muito espírito, que bem demonstra a preparação deste jovem talento, obteve um grande sucesso do público. Taktakchivili, compositor georgiano, apresentou uma Sinfonia que obteve sérias críticas principalmente no final. Segue a tradição do Sinfonismo tchaikoviskiano. O velho mestre Kniper, de Moscou, apresentou uma obra sobre temas albaneses para orquestra de cordas e duas harpas.

Muito bem aproveitados os recursos das cordas, e tratados com maestria os belos temas populares deste pequeno e heróico país do Adriático. Karel Kchaturian, sobrinho do famoso Arão Khataturian, que embora apresentasse uma Sinfonia com uma certa falta de unidade estilística, demonstrou um grande domínio do métier principalmente no tratamento polifônico da orquestra. E. Balis, jovem compositor da nova República da Letônia Soviética, foi representado por um concerto para violino e orquestra de grande interesse violinístico e com muito boa instrumentação. Svetlano (1919) com uma rapsódia sobre temas espanhóis; Echpai, com uma rapsódia para violino e orquestra sobre temas húngaros, e que o jovem violinista Gratch preparou em seis dias, por ter adoecido na última semana do concerto o pianista que deveria executar o concerto para piano que estava programado. Razorenof (1909) uma bellissima obra baseada na famosa heroína soviética Zoia. No último dia ouvimos um excelente oratório de Matchavarian intitulado "La Journée de ma Patrie". Nascido em 1913 na Geórgia, estudou em Tibilisse no Conservatório, e apresentou uma obra otimista, embora alguns musicólogos classificassem de "excessivo otimismo" e falta de elementos dramáticos para maior contraste. A fuga no

final é muito bem construída e a beleza do coro dos pioneiros foi muito bem realçada pela excelente interpretação do coral de meninos de Moscou. — Ouvimos ainda uma Sinfonia para orquestra de cordas do jovem de 30 anos. B. Tchaikowski, aluno de, Schostakovich. Foi uma das melhores obras executadas no Pleno, da jovem geração. O Pleno foi encerrado com fragmentos do "Ballet Spartaco" de A. Khatchaturian, baseado na obra de H. Fast. A música confirma as grandes qualidades do colorista que é A. Khatchaturian. E instrumentado com maestria soando a orquestra de maneira admirável. Mantém este mestre soviético a linha ascendente dos grandes ballets da criação soviética. É, A. Khatchaturian sem dúvida alguma o grande mestre atual da música de ballet na URSS, não somente pelo seu colorido brilhante, a verve, a espontaneidade, a fraseologia cheia de poesia, o lirismo dos elementos lentos por vezes quasi voluptuosos, — mas porque sabe expressar toda a exuberância de seu povo. De fato é um povo que sabe honrar o enorme desenvolvimento cultural de todos os povos nacionais da URSS, com suas 12 universidades, seus conservatórios, sua ópera, suas orquestras sinfônicas e seus conjuntos orquestrais e de ballet populares. Possui ainda esta pequena Armênia, uma inquietude espiritual muito grande, procurando por isso se renovar sem contudo o equilíbrio das formas nacionais, enriquecidas pelo conteúdo novo. É um povo alegre, e Khatchaturian sabe muito bem traduzir o colorido de suas cidades e a ornamental diversidade de suas linhas arquitetônicas que dão a Ierevan, sua capital, um caráter todo pessoal. A atmosfera envolvente de suas melodias lentas, são muito bem expressas por Khatchaturian que soube penetrar na alma quente e exuberante de seu povo. Sem dúvida alguma é A. Khatchaturian o grande herdeiro da tradição do ballet Russo, e como não podia deixar de ser, obteve um enorme sucesso.

«O DEBATE E O INFORME»

O dia da discussão e da leitura do informe sobre o Sinfonismo Soviético, foi de grande animação e entusiasmo. O auditório da União dos Compositores estava repleto. Espalhando-se pelos corredores e outras salas os compositores ouviam pelos auto falantes o informe do musicólogo Danilewiski. Nos intervalos discutia-se nos corredores como na cantina. Estavam presentes uns trezentos compositores e musicólogos. Havia um grande número de compositores de outras repúblicas que vieram assistir o Pleno em Moscou. Lá se encontravam os velhos mestres como Gliere ou Shostakovich, Khatchaturian, e também compositores georgianos, mongóis, do Tadjikistão, e de outras Repúblicas Soviéticas. Krenikoff, secretário geral da União dos Compositores Soviéticos, é uma figura que alia uma grande capacidade de organizador aos méritos de eminente

compositor, irradiando grande simpatia possui bastante prestigio pessoal. No presidium encontravam-se compositores de varias nacionalidades.

O velho mestre Shaporin, professor de tantos jovens apresentados no Pleno, abriu a reunião, falando sobre os sucessos e as debilidades do pleno. Depois de tecer comentários em torno de certos problemas estéticos, ressaltou o fato de que "no Pleno houve um apoio claro e evidente à arte nacional. A maioria das obras apresentou o que havia de melhor da arte realista musical. Houve obras que não estavam no mesmo nivel." — Criticou em seguida o fato de algumas obras que foram apresentadas gravadas não estarem bem gravadas e pediu que isto não se repetisse. Continuando, o mestre soviético acrescentou: "Nossa criação sinfônica deve manifestar os sentimentos dos diversos povos soviéticos. Devemos desenvolver e dar mais atenção aos temas sinfônicos heróicos. Em certas obras apresentadas a forma foi sacrificada." Entretanto em algumas considerações, terminou Shaporin: "Espero que a discussão seja amigavel e os resultados proveitosos para a arte musical."

Depois de discutido, propôsto e aprovado ficou resolvido que as intervenções não poderiam exceder de 15 minutos a não ser que houvesse interesse geral para ser prolongado. Em seguida o eminente musicólogo Danilewiski, presidente da seção de musicologia da União dos Compositores, leu seu informe sobre Sinfonismo Soviético. Assim se expressou Danilewiski:

"Ja sabemos muito bem que, para nós, Sinfonismo não é o mesmo que Sinfonia — Sinfonismo é o método da criação Sinfônica, os problemas da dramaturgia musical para orquestra. Por exemplo, em certos Quartetos, sonatas, trios, de Beethoven e Tchaikowski, possuem um pensamento sinfônico, isto é, o método desses trabalhos tem um pensamento sinfônico. No trabalho sinfônico os artistas refletem os problemas da vida. Encontramos conflito, drama. É necessário que os contrastes das imagens musicais no seu largo desenvolvimento possuam um todo orgânico. Quando falamos em dramaturgia musical é necessário que não confundamos com dramaturgia teatral.

Cada uma possui suas condições específicas. Algumas obras sinfônicas podem deixar de ter conflito de imagens. O conflito não é necessário para ser sinfônico. Há vários tipos de sinfonismo. Quando há apenas uma imagem e esta é bem desenvolvida organicamente, podemos também considerar como sinfônico. (Desenvolvimento orgânico ver por exemplo obras de Bach).

Sobre a qualidade do sinfonismo soviético: É qualitativamente diferente o sinfonismo soviético, devido às novas idéias. As novas

idéias exigem um novo meio de expressão. Exemplo a 7.ª Sinfonia de Shostakowitch. Nesta obra seu autor achou um novo meio formal utilizando elementos de oposição como a expressão da vida pacífica à da guerra, que influenciaram Shostakowitch a recusar provisoriamente o tema da exposição e apresentar um material completo novo que está em oposição a tudo que havia precedido. Não pode passar despercebido o novo no sistema de intonação (1) do sinfonismo realista soviético que está ligado estreitamente não somente a música popular antiga, mas também ao gênero e forma moderna do folclore musical. Os hinos revolucionários, as marchas, as "canções de massa" (2), a forma artística da música de gênero atual, influenciaram a construção do novo estilo sinfônico. As culturas musicais nacionais soviéticas desempenham um grande papel na história do sinfonismo soviético. Antigamente, era impossível falar de sinfonismo do Azerbadjão, da Bielo-Rússia, do Uzbequistão, mas hoje estas escolas são uma realidade assim como de outras nacionalidades que evoluem satisfatoriamente. A música popular desenvolvendo-se de maneira sinfônica traz consigo muito dos traços pessoais no sistema das imagens musicais, enriquecendo a linguagem harmônica e as intonações bem como a estrutura das obras. É assim que a origem nacional do sinfonismo de Khatchaturian, define-se não somente pelo sistema melódico, mas também por outros processos, tais como a temática do desenvolvimento, a improvisação, as variações e as particularidades da concepção modal. É incontestável o resultado positivo do nosso sinfonismo.

Deve-se atribuir à má organização, o fato de que várias obras soviéticas, entre elas oratórios, cantatas, não foram tocadas durante anos. Citarei as Sinfonias Ns. 15 e 23 de Miaszkowski, o Oratório de Khoval, as duas Sinfonias de Khatchaturian, o poema sobre um combatente membro da juventude comunista de Kniper, "A tempestade" de Stcherbatchoff e outros. Raramente se executa em Moscou as obras Sinfônicas de Revoutski, Mchevilidze, Kildadze, Ivanof e muitos outros compositores de nossas Repúblicas. Nós não somos econômicos para com as riquezas que possuímos. Nosso sinfonismo segue os preceitos criadores dos nossos velhos mestres desenvolvendo as nossas tradições clássicas. Ao mesmo tempo a criação dos maiores compositores soviéticos tais como: Miaszkowski, Prokofieff, Shostakowitch e Khatchaturian, influenciaram a evolução da nossa música sinfônica. Certos princípios de estilo de Miaszkowski acham-se já transformados na maestria de instrumentação de Kabalewiski, Kniper, Peiko e outros. Vários compositores soviéticos refletem em suas obras a influência frutuosíssima do estilo de Prokofieff.

De todas as obras apresentadas no VIII pleno eu posso citar o Concerto para piano e orquestra de Galinin e a Sinfonia de Gadjiev, onde se sentem igualmente a influência evidente de Shostakowitch.

Na série de concêrtos para violino dos jovens compositores, vemos a influência criadora do concêrto de Katchaturian.

Há uma razão para se afirmar que na escola sinfônica soviética formam-se as tradições de estilo ligadas à criação de nossos mestres eminentes. É preciso não esquecer as contradições profundas que marcam a história do sinfonismo soviético e que notavelmente na música sinfônica com uma força particular revelaram-se as deformações formais e modernistas. No meio dessas obras sinfônicas esquecidas há algumas que merecem ser esquecidas, e mesmo elas já foram condenadas pelo nosso público. A resolução do Comité Central do Partido que deu um golpe decisivo no formalismo, proporcionou um grande desenvolvimento na música sinfônica soviética. Entretanto é preciso dizer com franqueza que o nível em geral está longe de corresponder as exigências crescentes do povo.

A Sinfonia é uma forma superior da arte instrumental. A capacidade emocional dos sentidos é grande. Seus tipos e aspectos são variados. A Sinfonia é um drama, é um poema lírico; a Sinfonia Tragedia ou a Epopéia Heróica são gêneros de Sinfonismo vital e ricos de possibilidades e de desenvolvimento criador, capazes de traduzir os altos ideais das grandes paixões e imagens inspiradas na nossa época. Lembremo-nos, que sem um sentido profundo e vital não existe sinfonismo, só existe seu caminho morto. Entre as Sinfonias Russas criadas nestes últimos anos distinguem-se; a 27.^a de Miaskoviski, 10.^a de Schostakovich. Estas três Sinfonias representam três espécies diferentes de sinfonismo soviético. Cada uma delas traduz os lados diferentes da nossa atualidade. A 27.^a de Miaskoviski é um drama lírico que descobre o domínio dos sentimentos complexos. Ali se encontra refletida nma grande vida passada, a dor viril e a fé inquebrantável para com seu povo, para com seu país, pelo seu futuro glorioso. A 7.^a de Prokofieff, é um poema sinfônico sôbre a juventude; existe nela a frescura da juventude a inocência e ao mesmo tempo uma grande experiência da vida do artista já amadurecido mas que guardou a alegria e a energia de sua juventude. A 10.^a de Shostakowitch é a tragédia. Na tensão dos conflitos musicais dramáticos, os mais agudos, acha-se personificada a idéia generosa de uma luta inconciliavel das forças felizes do mundo, do humanismo e do progresso contra as forças destruidoras e sinistras da reação, contra o ódio pela humanidade e contra a má fé. Existem muitas opiniões diferentes sôbre a 10.^a de Schostakowitch. Uns dizem que não é realista, Mas não estou de acôrdo. Talvez a tristeza é muito sublinhada nesta sinfonia, mas seu lado positivo é que ela é muito humana.

O Realismo Socialista, é um método que permite desenvolver a iniciativa, bem como escolher os motivos, os temas. ”

Aqui o informe continua detalhado uma apreciação sôbre as obras de maneira mais específica e que como não as ouvimos é de grande interêsse, mas prometemos uma tradução completa separada deste artigo. Procurarei transcrever, a parte mais geral e que aborda os aspectos mais importantes. Houve depois do informe muitos debates animados.

Conversando pessoalmente com vários compositores e musicólogos, tais como Kabalewiski, Khatchaturian, Igosr Belza, Krenikoff, Schaporin, Hubof (diretor da revista "Música Soviética") e muitos outros, que eternaram suas opiniões em geral favoráveis ao Pleno Sinfônico, embora alguns dêles não estivessem de acôrdo com alguns debates efetuados. Kabalewiski falou-me que preparava um artigo sôbre o Pleno principalmente por causa de algumas opiniões que foram ditas durante o debate dos quais discordava inteiramente. Pude constatar, na prática, como vivem os compositores irmanados no mesmo ideal de bem servir ao público soviético cada vez mais exigente, com obras de alto nível artístico demonstrando que bem sabem aproveitar as possibilidades imensa que lhes são proporcionadas pelo regime soviético. Inspirando-se nas grandes realizações do trabalho heróico e construtivo, num mundo onde a exploração foi abolida e onde o artista é realmente livre para desenvolver tôda a sua capacidade criadora.



ALGUMAS CRÍTICAS

aos acôrdos sobre Energia Atômica BRASIL-ESTADOS UNIDOS

No comêço do mês de agosto o govêrno brasileiro assinou dois acôrdos no campo da energia atômica com o govêrno dos Estados Unidos da América do Norte. O primeiro refere-se ao reconhecimento da necessidade de investigações relativas à pesquisa do urânio no território nacional e o segundo trata dos usos civis da energia atômica. Estes acôrdos foram divulgados com destaque pela chamada grande imprensa e criam a impressão de se terem abertas novas perspectivas para o Brasil no campo da energia atômica. No entanto, uma análise detalhada dos termos dos acôrdos mostra que, absolutamente, não se trata de desenvolver o aproveitamento da energia nuclear entre nós e, ainda mais, os estudos referentes à exequibilidade de um programa visando êste aproveitamento — o que seria da máxima importancia para a indústria brasileira em face da escassez de energia elétrica — deverão ser objeto de um acôrdo posterior. Pode-se argumentar, como contestação, que estamos dando um passo ainda inicial, o que não nos proíbe de construir «outros» reatores que serviriam às finalidades industriais. Entretanto — como procuraremos demonstrar no decorrer dêste artigo — êsse passo inicial foi dado em um caminho errado. Se temos possibilidades de obter um reator fiquemos também com a liberdade de dar a êle o fim que desejarmos. É evidente que devemos orientar nossas pesquisas no campo da energia atômica no sentido de seu aproveitamento industrial.

A primeira crítica, de ordem geral, que se pode fazer ao acôrdo é que alguns dos seus pontos são intencionalmente vagos. Fato êsse que levanta suspeitas porque um tratado — mormente quando se trata de um acôrdo entre nações soberanas — deve ser completo, sem deixar margem para negociações posteriores. Dever-se-ia esperar que pelo menos fossem esclarecidos em regulamentos anexos que seriam aprovados concomitantemente com os acôrdos. Não sabemos, no entanto, se êste regulamento indispensável existe, mas se existe o teor do mesmo não foi divulgado.

Examinemos em primeiro lugar o acôrdo sôbre o reconhecimento e a investigação do urânio. Transcrevermos, em seguida, na íntegra, os seus termos como se acham nos artigos 1.º a 3.º:

I — OBJETIVO GERAL

«Artigo 1.º — O govêrno dos Estados Unidos do Brasil e o govêrno dos Estados Unidos da América, através de seus respectivos órgãos responsáveis,

concordam em cooperar num programa de investigações gerais, geológicas e mineralógicas, dos recursos uraníferos do Brasil, com a finalidade de descobrir, estimar e avaliar tais recursos. As investigações serão realizadas nas áreas do Brasil consideradas de comum acôrdo como geologicamente mais favoráveis á ocorrência da urânio.

Artigo 2.º — A pesquisa física minuciosa e o desenvolvimento dos depósitos específicos de urânio que precedem á mineração, concentração, extração ou destino de minérios concentrados, metais ou compostos, não serão função do programa de estimativa. O govêrno dos Estados Unidos do Brasil assegura ao govêrno dos Estados Unidos da América estar favoravelmente disposto a fornecer urânio aos Estados Unidos da América em termos a serem mutuamente acordados e sob condições compatíveis com suas próprias necessidades externas de urânio para fins de energia nuclear. Caso sejam encontrados depósitos de urânio comercialmente exploráveis, os dois govêrnos, através de seus órgãos responsáveis respectivos, empreenderão negociações para realização de um contrato mutuamente satisfatório, que abranja o desenvolvimento, produção e venda do urânio aos Estados Unidos da América.

Artigo 3.º — Ambos os govêrnos poderão, por meio de consultas periódicas e de comum acôrdo, restringir bem como modificar os objetivos dêste programa.»

O primeiro commentário que desejamos fazer é sobre o próprio princípio do acôrdo entre o Brasil e o govêrno dos Estados Unidos. Na realidade se o govêrno brasileiro está interessado realmente em conhecer nossas reservas de minérios uraníferos, deveria, no caso, apelar para técnicos particulares que fariam o levantamento dessas reservas. Esta solução é perfeitamente viavel como mostraremos. Resultaria, talvez, em onus um pouco mais elevado para o Tesouro Nacional (aliás, não muito grande, porque pelos termos do acôrdo que comentamos o Brasil deverá arcar com o maior peso das despesas) mas não se comprometeria desde já o futuro das jazidas uraníferas do Brasil.

O artigo cujos termos são mais graves é, sem dúvidas, o 2.º Este artigo revela claramente o objetivo do acôrdo. A primeira frase mostra que não se trata de fazer levantamento minucioso das possibilidades de nossas reservas, mas de um levantamento superficial cujo objetivo parece ser, se temos em vista a terceira frase, simplesmente a descoberta de depósitos comercialmente aproveitáveis. Sem queremos aprofundar aqui a análise da contradição evidente que existe entre a primeira e a terceira frase — porque não conseguimos entender bem como se poderá saber se um depósito é ou não comercialmente aproveitavel sem a pesquisa física minuciosa do mesmo — vemos que o urânio dêstes depósitos poderá ser exportado para os Estados Unidos ou, em outras palavras: o objetivo dêste acôrdo parece ser a descoberta de depósitos comerciais com a finalidade de conseguir que o Brasil forneça urânio aos Estados Unidos. Por que motivo — se não fosse isso verdade — estaria mencionada no acôrdo a vontade do govêrno brasileiro de vender urânio aos Estados Unidos?

Somos de opinião que nossas reservas de material fissil não devem ser objeto de exportação. Devemos encarar as reservas de urânio com o mesmo espírito que encaramos nossas fontes de energia como o petróleo, as centrais elétricas, etc. A exportação do urânio, no fundo, representa a entrega de potencial energetico nacional a um país estrangeiro, atitude essa lesiva aos interesses nacionais.

Um outro ponto que deixa margem a grandes dúvidas é o que se refere á definição do que são exatamente nossas necessidades internas de urânio, porque o texto do acôrdo diz que os excedentes desta necessidade poderão ser

objeto de exportação para os Estados Unidos. O matutino «O Estado de São Paulo» já apontou o perigo que representa para nós esta noção de excedentes e que cria uma situação inteiramente favorável aos Estados Unidos cujo interesse natural seria, então, que permanecessemos por tempo indefinido em condições de não aproveitarmos nossas reservas uraníferas, reservas essas que poderão ser de importância vital para a emancipação econômica do Brasil no futuro.

Em resumo: não vemos o que lucraria o Brasil com os objetivos deste acôrdo porque o levantamento do urânio seria incompleto, os depósitos interessantes rapidamente explorados para vendermos o produto aos Estados Unidos e os preços serão estipulados em acôrdo ulterior. Tudo isto e mais ainda o conjunto dos termos do acôrdo leva-nos a concluir que o precioso metal sairá do Brasil a preço vil.

O artigo 3.º torna os termos deste acôrdo por assim dizer inelutáveis: só por comum acôrdo poderá êle ser modificado. Não há dúvida de que dificilmente os Estados Unidos concordarão com modificações que alterem a situação privilegiada que lhe é concedida pelos termos do acôrdo.

Segue-se a êstes uma série de artigos que tratam da organização e execução do programa. Êstes artigos no fundo mostram apenas que o Brasil se amarrou sem saber como, pois a falta de um regulamento é tão séria que aqui tudo é possível quanto à interpretação do acôrdo. Assim o art. 6.º mostra claramente que o govêrno dos Estados Unidos, ou melhor a Comissão de Energia Atômica (A. E. C.), que o representa tem inteira liberdade de ação na parte do programa que lhe é reservada. Infelizmente neste acôrdo não está especificada qual é precisamente a parte que compete a cada govêrno, resultando disto o fato do Brasil — de cujo urânio se trata aqui — não ter, no final de contas, nenhuma possibilidade de orientar as pesquisas de acôrdo com suas necessidades internas ou de contratar pessoas ou firmas que julgue convenientes para êste fim. Não há dúvidas de que para nós o programa geral das pesquisas de prospecção deveriam ser de iniciativa, direção e responsabilidade do Govêrno Brasileiro. As necessidades técnicas que não podessemos suprir sòzinhos seriam satisfeitas com o apêlo ao concurso de firmas e técnicos estrangeiros.

O artigo 7.º, intercalado não se sabe porque, faculta ao Brasil o direito de comprar, após o término do programa do acôrdo, os aparelhos utilizados no mesmo. Isto no fundo será de uma vantagem insignificante para nós, porque na realidade os preços destes equipamentos serão suficientemente altos para contentarem as firmas americanas e, por outro lado, impede-nos de utilizar concorrentes de outros países como, por exêmplo, a Inglaterra, a França, a Alemanha ou a Itália que poderiam nos oferecer aparelhos semelhantes ou em melhores condições por preços mais compensadores.

No artigo 8.º, letra e existe um ponto que não está claro e não se consegue entender o seu verdadeiro alcance. Citemos textualmente: o govêrno dos Estados Unidos do Brasil, comprometer-se-á a «tomar, em geral, juntamente com o govêrno dos Estados Unidos da América, todas as medidas necessárias a fim de facilitarem a execução deste programa». Teria sido melhor se tivesse sido especificado, com mais detalhes, em que consistem «todas» as medidas necessárias. Mas uma vez sente-se a falta de um regulamento.

O artigo 10.º faculta aos Estados Unidos designarem pessoas que venham periódicamente inspecionar as diferentes fases deste programa. Esta inspeção oficial por parte de um govêrno estrangeiro de uma pesquisa de riquezas que se acham no nosso solo também não pôde ser encarada com satisfação e não se entende sua necessidade. Afinal, um organismo norte-americano, a A. E. C., ou seus representantes, já vão se achar em território nacional e não

se compreende porque outros inspetores oficiais ainda devem controlar em que estado se acham as pesquisas geológicas a que se refere o acôrdo.

O artigo 11.º fala do Corpo Técnico que deverá entregar os relatórios aos governos das duas nações. Mais uma vez, o texto prima pela falta absoluta de precisão. Como não existe regulamento não se sabe como esse corpo técnico será constituído, quem será seu chefe, quais suas atribuições especiais, etc.

O artigo 12.º trata da possível classificação de informações obtidas durante a prospecção como sigilosas. Essa exigência é bastante perigosa uma vez que a opinião pública brasileira não ficará informada da riqueza do seu sub-solo enquanto o governo norteamericano compartilha dessas informações, fato que representa sério perigo, principalmente tratando-se de uma grande potência em busca de matérias primas.

Os artigos 13.º a 16.º que se seguem tratam do funcionamento e da vigência deste acôrdo. O texto do acôrdo não deixa prever em absoluto quais serão as despesas relativas dos dois países com o programa de pesquisas. Mas, parece que os norteamericanos, pelos termos do artigo 6.º, só fornecerão técnicos especializados e aparelhos especiais que não se encontrem no Brasil junto com alguma assistência de manutenção. O resto das despesas ficará a cargo do governo brasileiro. Vê-se que a maior parte do custo serão paga pelo Tesouro Nacional que arcará, nos termos do artigo 8.º, com pessoal técnico, todos os assistentes e auxiliares, fornecimento de equipamento de escritório e laboratórios, com assistência às instituições técnicas e científicas brasileiras do programa, sem contar o fornecimento de «equipamento, suprimentos, sobressalentes e serviços para as operações de campo e laboratório até onde disponíveis no Brasil, inclusive veículos a motor, animais de carga, alojamento, alimentação e manutenção geral das equipes de campo». Não há dúvidas de que estas despesas constituirão o grosso dos gastos. Assim, nós perguntamos mais uma vez quais as vantagens que o Brasil tira deste acôrdo? Voltamos então a um argumento exposto mais acima: não seria mais sagaz e talvez mesmo mais barato se o governo brasileiro fizesse este levantamento contratando, técnicos, firmas ou geólogos nacionais para execução dessa prospecção?

Em seguida os jornais publicaram outro acôrdo que diz respeito, segundo seu título, aos usos civis da energia atômica. A justa unificação dos dois acôrdos poderia talvez suscitar a impressão de que, se pelos termos do primeiro nós entregamos urânio aos Estados Unidos, o segundo representaria um grande passo para o desenvolvimento da energia atômica entre nós, o que seria recebido com júbilo por todos, tanto mais que na Conferência sobre energia atômica de Genebra foram apontadas as centrais atômicas como as fontes de energia do futuro. Mas mostraremos que na realidade este segundo acôrdo não trata de aplicação industrial da energia atômica. O preâmbulo e o artigo 1 mostram que a A. E. C., ajudará o Brasil por meio do fornecimento de informações técnico-científicas para nos permitir a construção de um reator — chamado também pilha de neutrons — de pesquisas, como aliás o próprio texto do artigo 10, letra «C» o define: «art. 10 ... c) «Reator de pesquisa», significa um reator destinado a produção de neutrons e outras radiações para fins gerais de pesquisas e desenvolvimento da terapia médica ou treino em ciência e engenharia nuclear. O termo não inclui reatores de potência, reatores experimentais de potência ou reatores projetados principalmente para a produção de materiais nucleares essenciais». Este reator não terá como objetivo constituir um estágio preliminar no estudo do aproveitamento industrial da energia atômica, mas será uma espécie de campo de treinamento para físicos nucleares interessados na física do neutron.»

«Não queremos insinuar aqui que não seja da máxima importância dar um treinamento conveniente aos físicos dos quais precisamos com urgência no futuro próximo, mas quer nos parecer que este problema foge de certa maneira ao problema fundamental que é dotar com urgência a nossa indústria com as fontes de energia das quais tanto necessita. Treinamento de físicos, produção de isotopos para a medicina e agricultura, tudo isso é muito bom, mas não é realmente o mais premente na situação atual do país. Graças a este acôrdo conseguiremos talvez formar alguns cientistas (o que poderíamos fazer também com muito menos despesas mandando alguns jovens para o estrangeiro aprender a trabalhar em pilhas de neutrons), mas não teremos dado um passo à frente na utilização prática das nossas reservas em material fissil que libertaria a indústria da dominação total da energia hidroelétrica em que se encontra atualmente, uma das causas diretas do estado de crise atual da indústria.

O resto do acôrdo é uma consequência mais ou menos direta da própria natureza do programa exposto acima. O Artigo 2 reza que a A. E. C., arrendará ao Brasil 6 quilos de urânio enriquecido a 20% com o isótopo U-235, essencial para a reação que fornece os neutrons para o funcionamento do reator. Naturalmente o texto do acôrdo está nova e propositadamente vago como no acôrdo sobre o levantamento geológico, porque não fixa o preço de aluguel desse urânio enriquecido. Isto levanta suspeitas no espírito do leitor porque não nos permite dizer se o Brasil fará negócio pelo menos razoavelmente com esse processo de arrendamento. Pela experiência que se tem hoje no campo internacional, sabe-se que os Estados Unidos costumam fazer negócios bastante vantajosos, mediante o processo de empréstimo e arrendamento. A construção e a utilização dos reatores cujo combustível será o urânio assim arrendado dependerão da autorização da A. E. C. Mesmo as experiências científicas ficarão sob contrôle dos norteamericanos. Os inconvenientes disto saltam à vista. A título de exemplo, vamos supor que um destes reatores construídos segundo o acôrdo fique numa universidade brasileira. Assim, seus professores só poderão fazer experiências com o mesmo se estas forem previamente aprovadas pela A. E. C. Isto é estranhavel e perigoso pois um professor catedrático brasileiro tem, pela Constituição, completa liberdade de cátedra e de pesquisa, mas agora deverá prestar contas de suas experiências a um organismo oficial de outro país!

No artigo 3 fica estipulado que a A. E. C., venderá ou arrendará materiais para reatores ao governo brasileiro, mas de novo a falta de precisão e ausência de um regulamento a ser aprovado em conjunto com o acôrdo torna tudo muito aleatorio: não sabemos que preço deveremos pagar e precisamos saber se será pelo menos razoavel.

O artigo 9.º mostra claramente que neste acôrdo não se trata de energia atômica, o que nos leva a pensar que o título deste acôrdo serve principalmente para ludibriar a opinião pública. Diz o artigo: «É desejo e esperança das partes contratantes que este acôrdo inicial de cooperação conduza ao mais estreito entendimento no tocante ao projeto de construção e operação de reatores produtores de energia. Consequentemente, as partes contratantes consultar-se-ão mutuamente, sobre a exequibilidade de um acôrdo adicional de cooperação para produção de energia em reatores nucleares no Brasil» Isto é suficientemente eloquente para mostrar que na realidade não se trata de utilizar a energia atômica para fins industriais no Brasil.

Vemos por tanto que os presentes acôrdos apresentam sérias desvantagens para o Brasil: em matéria de prospecção eles são orientados no sentido dos interesses comerciais dos Estados Unidos e não no do desenvolvimento industrial nacional; o Brasil arcará com a maior parte das despesas do programa de prospecção, mas a direção do mesmo será dos Estados Unidos; o

Brasil se compromete a vender o urânio excedente aos Estados Unidos em troca desse país nos ajudará apenas em pesquisas de física nuclear e exclui do acordo todo o aproveitamento industrial da energia atômica; de fato o segundo acordo proíbe explicitamente o uso do material fornecido pelos Estados Unidos em troca do nosso urânio.

Surge naturalmente a pergunta de se o Brasil está em condições de traçar um melhor programa com perspectivas mais favoráveis que possam contribuir para o desenvolvimento econômico nacional e não apenas para estudos de física nuclear. À guisa de resposta reproduzamos alguns dos trechos de um artigo da revista inglesa «The Economist» que foi publicado no «Estado de São Paulo», de 10 de agosto de 1955: «Os Estados Unidos mostram-se caracteristicamente generosos com os seus fornecimentos de auxílio. Estes variam das ofertas de reatores para a pesquisa científica, até promessas de informações completas sobre construção de reatores para a produção industrial de energia, juntamente com o fornecimento do combustível atômico para acioná-los. Não obstante a Inglaterra poderia dar aos países estrangeiros parte do auxílio que, no momento é-lhes oferecido pelo presidente Eisenhower. Mesmo os norte-americanos não têm possibilidades de cumprir suas promessas em futuro próximo; e por razões econômicas a Grã-Bretanha adiantou-se bem mais do que os Estados Unidos nos trabalhos de desenvolvimento da energia atômica industrial, principal razão do interesse de muitos países». Lembra em seguida o artigo que «a quantidade de informações que os Estados Unidos podem dar a qualquer país é limitada pelas suas leis» e «devendo em 1.º lugar ser negociado um tratado entre o governo norte-americano e o do país beneficiado». «É preciso deixar bem claro que a Inglaterra possui recursos substanciais e experiência técnica que podem ser colocados ao serviço de outros países sem a necessidade de negociações oficiais ou tratados específicos entre governos». E mais ainda: «as pesquisas atômicas na Europa tirarem muito mais proveito da assistência técnica inglesa e de serviços especialmente encomendados na Grã Bretanha do que de todos os acordos largamente proclamados com os Estados Unidos. Este fato é bem conhecido dos cientistas de laboratório na Europa, mas há bastante ignorância entre os responsáveis pelas linhas mestras da política tanto no que se refere ao grau de adjuntamento técnico na Inglaterra, como sobre a assistência que ela pode oferecer aos países estrangeiros».

Efetivamente, dois países europeus já negociam com uma firma britânica a instalação de centrais elétricas à base de energia atômica. Num futuro muito próximo a França, Alemanha e outros países para não mencionarmos a União Soviética, Inglaterra e os Estados Unidos entrarão no mercado atômico melhorando mais ainda as perspectivas para o Brasil. Nestas condições os presentes acordos são prejudiciais aos interesses nacionais, considerando-se o montante do que concedemos aos Estados Unidos e o pouco que recebemos em troca, além de comprometermos nossas perspectivas econômicas seriamente. Sobre a pressão norte-americana esses acordos foram negociados a toque de caixa, não sendo mesmo submetidos à aprovação do Parlamento Nacional, como se fossem meros tratados comerciais sem importância. Considerando a leviandade que significa a assinatura deste acordos, fato que virá entrar a nossa liberdade de poder estudar novas propostas que nos seriam oferecidas, pedimos a atenção do Congresso Nacional, dos industriais brasileiros e de todos os patriotas empenhados em construir um futuro próspero e digno para o nosso Brasil, para que lutem no sentido de que possamos ficar novamente com as mãos livres no setor do desenvolvimento da energia atômica para fins industriais.

O NÓ GÓRDIO

das artes plásticas

FERNANDO PEDREIRA

Eu deveria escrever hoje, ainda uma vez, sôbre a III Bienal, mas confesso que me sinto incapaz disso. Inaugurada há cêrca de dois meses e devendo permanecer aberta ainda durante algumas semanas, a III Bienal há muito deixou de interessar quem quer que seja. Em nenhum momento, aliás, mesmo nos primeiros dias, conseguiu atrair um público menos restrito. E esta ausência, êste tranquilo desinterêsse fizeram fugir do Ibirapuera mesmo os mais renitentes fiéis. Ficaram os funcionários e um ou outro artista.

O DIVÓRCIO ENTRE A ARTE E O POVO

Não faltará quem tire daí conclusões apressadas sôbre as relações entre a arte e o povo. Alguns, repetindo Zola, dirão que as multidões são incapazes de compreender a verdadeira arte do seu tempo. Outros, ao contrário, verão no descaso que cerca a Bienal mais uma prova de que o seguro instinto popular repele o formalismo decadente.

A meu vêr, nem uma nem outra destas opiniões pode levar-nos muito longe. O instinto popular — se realmente existe — não funciona bem em matéria de arte. O povo, deliberadamente mantido à margem da cultura, artisticamente deseducado, não possui esta inocência, esta pureza de julgamento que gostaríamos de encontrar nele. Entre um cromo qualquer, banal e insignificante, e uma reprodução de Pancetti, de Guignard ou mesmo de Courbert ou Van Gogh, o povo prefere quasi sempre o primeiro. Instinto? Não: apenas uma questão de preparo, de educação do gôsto. A arte não pode ser objeto de uma apreciação por assim dizer instintiva. Tôdas estas teorias que colocam nas nuvens atributos como a expontaneidade,

escondendo tudo que a arte supõe de elaboração, de conhecimento, de esforço tenaz e apaixonado, tôdas estas teorias são pelo menos suspeitas. "Pintura é coisa mental", dizia Leonardo; e para ser feita ou convenientemente apreciada, exige o exercício da inteligência e de uma série de faculdades humanas que não estão igualmente cultivadas em todos nós.

Por outro lado, o inegável divórcio entre a arte e o povo — hoje talvez mais profundo do que nunca — é em nossos dias, antes de mais nada, um divórcio entre a arte e a realidade, entre a arte e a vida. Defendendo Monet ou Manet, Zola podia, em 1866, acusar tranquilamente os preconceitos, o espírito de rotina, de conformismo artístico que cegavam os seus contemporâneos, impedindo-os de reconhecer o talento daqueles mestres. Diante de um quadro abstrato, entretanto, ou diante dos exageros de hermetismo a que chegou o individualismo formal de certos pintores contemporâneos, já não há como acusar apenas os preconceitos acadêmicos e o duvidoso gosto artístico da maioria. Entre um cromo banal e um quadro "néo-plasticista" é lícito recusar os dois. Se a preferência pelo primeiro indica mau gosto e incultura, o segundo é produto de um intelectualismo extremado e desorientado que não pode merecer a nossa adesão. Nesse sentido, sem querer ferir as convicções de ninguém, parece-me bom transcrever aqui o conceito de Francis Jourdain: "Um pintor abstrato não é um mau pintor. Simplesmente, não é um pintor". Pelo menos enquanto faz quadros abstratos.

Ninguém de bom senso negará, no entanto, a sensibilidade, o talento, a honestidade profissional de um grande número de artistas atualmente dedicados às técnicas não-figurativas. Embora entre os chamados abstracionistas e concretistas se possa encontrar uma apreciável quantidade de pintores frustrados e de aproveitadores que exploram a moda dominante nos círculos do mecenato oficial e oficioso (exatamente como os "acadêmicos" comercializados exploram a rotina e a falta de gosto da maioria) não há-de ser generalizando arbitrariamente acusações por vezes fundadas, que se poderá combater teses tão firmemente arraigadas em certos meios artísticos.

OS CRITÉRIOS DO REALISMO

Quasi todos os críticos que escreveram sobre a III Bienal, aplaudiram a distribuição dos prêmios e, fazendo uma ou outra restrição, limitaram-se em seus artigos a fazer o elogio dos artistas premiados. Um deles, no afã muito compreensível de prestigiar o júri, chegou mesmo a afirmar que o único critério correto de julgamento, numa exposição eclética como a Bienal, seria aquele que partisse da verificação do que o artista pretende com a sua obra, para em seguida pesar a maior ou menor felicidade com que esta

última corresponde aos intentos do seu autor. Assim, diante de cada quadro ou escultura, o júri deveria parar e perguntar-se: 1) o que pretende o artista com esta obra? 2) em que medida esta obra corresponde às intenções do seu autor?

Sabemos que o júri, ao distribuir os prêmios, agiu baseado em considerações inteiramente diferentes e, quasi sempre, extra-artísticas. Mas o critério proposto pelo crítico, embora engenhoso e aparentemente razoável, reflete de maneira bastante expressiva a confusão e o descrítério que reinam atualmente nas artes plásticas. A pretexto de favorecer pesquisas e incrementar experiências estéticas, chegou-se na verdade a justificar todos os abusos e todos os erros. O mesmo Francis Jourdain, que citamos linhas acima, apaixonado combatente dos tempos heróicos do modernismo, indigna-se hoje ao vêr o estado de anarquia a que chegou a pintura; e constata: "escorrer tintas líquidas sôbre uma superfície inclinada é obra de artistas sizudos como papas". O acaso substitui assim a imaginação criadora, do mesmo modo que as fórmulas geométricas e as relações matemáticas tomam o lugar da sensibilidade artística. Depois, diante de um quadro obtido por processos semelhantes, vem o crítico, também "sizudo como um papa" e pergunta: qual terá sido a intenção do artista ao deixar escorrer a tinta sôbre a tela? Será que as formas obtidas correspondem ao que êle desejava realizar?

Tudo isto não é sério. E o mais grave é que, hoje, não são apenas os pintores de comprovado talento que se entregam às pesquisas julgadas úteis ao avanço de sua obra. Qualquer pessoa, desde que hábil ou bem relacionada, com apenas alguns meses de aprendizado (há exêmplos disso) expõe as suas experiências "estéticas" nos salões e na própria Bienal, ganhando prêmios e tomando o lugar dos verdadeiros artistas. Há mesmo, aqui em São Paulo, um pintor que construiu uma rápida e sólida fortuna, transformando do dia para a noite simpáticas senhoras da sociedade em artistas "de vanguarda".

Tudo isto, repito, não é sério. Mas não é também motivo para grande alarme. Os talentos verdadeiros, as personalidades artísticas fortes, hão de atravessar, sem maiores prejuizos, esta época difícil. Quanto aos outros, por mais que nos pareçam importantes e revolucionários, o tempo incumbir-se-á de lançá-los na fossa comum da mediocridade.

A meu vêr, um critério válido para a apreciação das obras expostas na Bienal, poderia basear-se, entre outras, numa frase cujo autor já foi duas vezes citado neste artigo. É a seguinte: "Mesmo quando o seu assunto é tomado da lenda ou da fábula, um quadro não vale senão pelo que o pintor nele introduziu de verdade". O exemplo é um "D. Quixote" de Daumier; outros exem-

plos poderiam ser uma bailarina de Degas, um retrato de Rembrandt ou um simples vaso de flores de Van Gogh. Em qualquer uma destas obras, como em centenas de outras das mais diversas escolas, o que nos encanta é a surpreendente acuidade com que os seus autores conseguiram captar e transpor para a tela um determinado aspecto da natureza. Não se trata de fidelidade; o termo é demasiado estreito. Graças ao seu talento, o artista nos dá, nos revela, tôda a beleza, tôda a riqueza de um objeto, de uma figura, de uma cena. Uma gravura de Goya, uma paisagem de Corot possuem muito mais verdade do que um compêndio inteiro de discursos pomposos.

Mas não se infira daí que todos os assuntos se equivalham. Não: da natureza morta ao retrato, da paisagem ao painel histórico, há tôda uma gradação de valores aos quais o pintor não pode permanecer indiferente. Abordando um gênero ou outro, entretanto, o artista verdadeiro não imita, não copia, não documenta apenas, mas, ao contrário, revela, ilumina, mostra-nos um mundo de coisas que não saberíamos ver sem o seu talento.

FORMA E CONTÚDO; PENSAMENTO E LINGUAGEM

Boa parcela da confusão atualmente reinante na crítica de arte e na estética, resulta da imprecisão, da fluidez de certos termos muito usados. Para que se possa examinar o problema com maior clareza, parece-me útil restabelecer aqui um paralelo que já tem servido a outros. Vamos a êle, portanto.

A arte é uma forma do conhecimento e, ao mesmo tempo, um meio de comunicação entre os homens: uma linguagem. Assim como o pensamento comum não existe sem palavras, o pensamento artístico não existe sem linguagem artística. Mesmo quando não foi ainda fixado no papel ou na tela, mesmo quando vive ainda, em curso de elaboração, na consciência do artista, o pensamento artístico não prescinde das imagens, não prescinde da linguagem artística que é a sua maneira de ser. Por isso é chamado pensamento por imagens.

Assim considerado, parece-me, o problema das relações entre a forma e o conteúdo torna-se mais fácil de ser resolvido. Não existe conteúdo sem forma, ou anterior à forma, assim como não existe pensamento sem palavras ou anterior às palavras. O conteúdo de uma obra de arte não é o seu assunto ou tema; é o pensamento artístico que a informa. Assim, o conteúdo de um quadro representando uma cesta de maçãs, evidentemente não é a cesta de maçãs; são os pensamentos e evocações, os reflexos e imagens que a cesta de maçãs gerou na consciência do pintor. Um cientista tomaria a cesta e as maçãs em si mesmas: analisaria as

suas propriedades, a sua composição química, o processo de fabricação da cesta, etc. A um artista, ao contrário, nada disto interessa: o que o preocupa, antes de mais nada, é a significação que tem para ele e para os outros homens a cesta de maçãs; a imagem que vai fixar na tela, deve sintetizar de modo marcante os elementos que conferem à cesta de maçãs esta significação. O que humaniza as coisas e os objetos, e os torna susceptíveis de serem representados artisticamente, é a sua intimidade com o homem, é a sua participação direta ou indireta na vida humana. O objeto da arte não é, pois, a realidade em si mesma, mas a realidade em sua relação com o homem.

O conteúdo de um quadro não deve, pois, ser confundido com o seu assunto. A História da Arte, aliás, está repleta de obras que, versando embora o mesmo tema, possuem conteúdos diversos. Compare-se, por exemplo, uma "Pietà" renascentista com outra de origem medieval. Do mesmo modo, a imagem de Cristo, tantas vezes pintada e por tantos pintores de gênio, varia sempre de acordo com o temperamento do artista e a mentalidade da época em que viveu. O tema é o mesmo: a figura de um personagem determinado da História Sagrada; mas modifica-se o conteúdo (e consequentemente a forma) na medida em que se modifica a maneira como vêem os homens aquele tema.

REALISMO E FORMALISMO

Para elaborar e exprimir o seu pensamento, o artista se serve da linguagem artística. Com os elementos desta linguagem ele compõe a forma adequada à expressão do conteúdo de sua obra. Assim, pois, uma obra de arte é uma forma que consubstancia um determinado pensamento artístico (um conteúdo) exatamente da mesma maneira como um aforisma consubstancia uma parcela da sabedoria popular.

Muitas vezes, entretanto, artistas que dominam bem a forma, ou melhor, artistas que dominam bem a linguagem artística, mas que possuem um pensamento pobre ou nulo, podem servir-se dela, linguagem, para produzir composições meramente formais que, embora agradáveis e belas, não têm maior significação. A isto se chama formalismo.

No terreno da literatura, esta questão não apresenta maiores dificuldades. Não há quem não saiba distinguir uma página literária composta apenas de variações e floreios de linguagem, vazia de conteúdo, de uma outra gerada por um pensamento original e vigoroso. Mas, no campo das artes plásticas, a coisa se complica. As pessoas não familiarizadas com a pintura, por exemplo, costumam achar que o pintor parte de um pensamento lógico, expresso em

palavras, para depois **ilustrá-lo** com imagens; e por isso conferem uma importância desmedida, quasi exclusiva, ao tema da obra. Ora, evidentemente o tema, o assunto, tem uma significação que não se pode deixar de levar em conta. Sempre que o pintor não trabalha por encomenda, aliás, a escolha do assunto é mesmo o primeiro momento da criação artística; só um pintor desorientado e irresponsável escolhe ao acaso os seus temas. Mas, conferindo uma importância desmedida, quasi exclusiva, ao assunto, muitas pessoas perdem de vista o verdadeiro conteúdo da pintura. E diante de um quadro aparentemente "sem assunto", representando, digamos, uma simples bailarina, o espectador aprecia apenas, nas mais das vezes, os meros valores decorativos, a beleza das soluções formais e a fidelidade às aparências. Para êle, espectador, tanto faz uma bailarina de Degas quanto qualquer outra, desde que pintada ou esculpida com habilidade, aplicação e algum talento. Suas preferências variam, assim, apenas segundo um **Crítério de Gôsto** que pode mais ou menos requintado, mas que é sempre arbitrário e superficial.

O exame das soluções formais encontradas pelo artista, não é suficiente para uma apreciação mais profunda da obra de arte. O que diferencia uma bailarina de Degas, escultor de gênio, de uma outra realizada por um artista apenas talentoso, não é o balanço dos cheios e vazios, nem a distribuição dos volumes, nem a liberdade de tratamento. Estes valores formais constituem os meios e não o fim visado pelo escultor. Lembremo-nos de que, por absurdo que pareça, mesmo uma construção abstrata pode apresentar problemas decorativos mais complexos e mais interessantes do que, por exemplo, a Venus de Milo. É preciso ir mais longe: uma obra vale pelo que o artista nela introduz de verdade. O bronze de Degas ao qual me refiro (e que pode ser visto no Museu de Arte de São Paulo) representa uma jovem bailarina com saiotte e sapatos de ponta, numa posição bastante comum. Aparentemente, nada há alí de extraordinário; dezenas de escultores hão de ter modelado bailarinas assim e graciosas também. Mas a estatueta de Degas é tão típica, tem tanto de verdade, que não há quem não sinta naquela pequena figura de bronze, toda a personalidade, toda a maneira de ser variada e fugaz das jovens bailarinas. Aquilo que nos encanta e pertuba diante de uma verdadeira obra de arte, o seu mistério sutil, reside precisamente neste poder de síntese que reúne, numa imagem simples e viva, tudo o que o tema escolhido tem de típico e essencial.

ESPECIFICIDADE DAS ARTES

Vimos como se porta o espectador superficial diante de um quadro de tema simples. Diante de um quadro "de assunto", entretanto, diante de um quadro de tema complexo, representando, por exemplo, uma cena doméstica, aquele mesmo espectador tende a negligenciar os aspectos formais (a não ser que alguma coisa o choque)

para dedicar o melhor de sua atenção ao tema, procurando decifrar o pensamento comum, o pensamento lógico que, a seu vêr, o pintor teria querido **ilustrar** com aquela obra. Em outras palavras: desatento aos valores pictóricos, o espectador preocupa-se com a ação que o quadro sugere, com a anedota que parece contar. Desta maneira, embora êle possa vir a "aprovar" o quadro em exame, concluirá sempre que o pintor fez pouco e que um escritor de talento, em seu lugar, faria muito mais e muito melhor. Daí a ver na pintura uma arte inferior, é um passo. Um passo para o absurdo.

A pintura não é nem inferior nem superior a qualquer outra das grandes artes: é de natureza diferente. Ou, como diz Francis Jourdain, "A inteligência do pintor não é nem inferior nem superior à inteligência do escritor: é de natureza diferente". Muito embora a pintura possa, incidentalmente, contar anedotas e evocar uma ação boa ou má — e às vezes mesmo, deva fazê-lo — a sua função específica está longe de ser essa. Basta ver a História da Arte: tanto a "Vitória" de Samotrácia quanto a "David" de Michelangelo, tanto a "Gioconda" quanto a "Maja Desnuda", tanto a "Ronda Noturna" quanto os "Comedores de Batatas", assim como todas as outras obras-primas da arte de todos os tempos, mostram-nos que a pintura e a escultura são grandes pelo que têm de específico, de intraduzível nos termos da linguagem comum.

Por isso grandes escritores como Balzac e Stendhal, procurando descrever esta ou aquela obra-prima, viram-se obrigados a uma terrível prolixidade e, mesmo usando imagens poéticas, não puderam dar-nos senão uma vaga idéa do objeto das suas descrições. Não quero dizer com isso, evidentemente, que os comentários de um autor de talento não constituam subsídio precioso para a boa compreensão e divulgação de obras da pintura e da escultura. Os textos de Stendhal, por exemplo, sobre a "Última Ceia", são excepcionalmente valiosos. Mas, quanto mais perfeita for a obra do artista plástico, tanto mais será difícil ao escritor traduzí-la em imagens literárias. E o mesmo acontece em sentido inverso: o pintor que se propõe demonstrar teses ou contar histórias em seus trabalhos, fica sempre muito aquém da literatura e, as mais das vezes, faz má pintura.

Todas as artes, como vimos, têm um mesmo objeto: a realidade em suas relações com o homem. Mas cada uma delas procede por caminhos próprios. Se o conjunto das manifestações artísticas nos dá uma idéa global da natureza e da sociedade, se não existem barreiras intransponíveis mesmo entre as artes menos afins, nem por isso devemos pedir à literatura, por exemplo, que nos dê o que só um talento de músico pode nos dar.

ABSTRACIONISMO E LINGUAGEM

Mas tudo isso são velhas verdades que só a confusão reinante

obriga-me a recordar. Quanto à chamada arte abstrata ou concreta, majoritária na Bienal e no Salão Paulista, ela não só menospreza o conteúdo, como esfacela e destrói a linguagem artística tradicional. Seu interesse, aliás, reside precisamente nesta "originalidade" destrutiva e no conseqüente esoterismo que esconde a indigência artística de muitos dos seus praticantes.

A verdadeira originalidade de um pintor, no entanto, mede-se pela força do seu pensamento artístico (que produz obras de um conteúdo novo e rico) e pela maestria com que maneja e renova a linguagem pictórica tradicional. Esta linguagem pictórica tradicional, criada e desenvolvida através dos séculos, é sempre o patrimônio de toda uma civilização; não pode por isso, de nenhum modo, ser substituída por um sistema arbitrário mais ou menos engenhoso, como querem os partidários de uma pintura musical ou os abstracionistas-expressionistas. À semelhança da língua comum, a linguagem pictórica possui suas leis internas de desenvolvimento, sua sintaxe e seu léxico fundamental historicamente elaborados e enriquecidos. Os grandes artistas foram precisamente aqueles que, partindo do estudo dos mestres mais velhos, souberam intuir o mecanismo essencial desta linguagem e, assim, puderam enriquecê-la e aprimorá-la a serviço das idéias e das necessidades da época em que vivemos.

A História da Arte mostra-nos exatamente este processo evolutivo (não linear, mas contraditório; repleto de avanços e recuos) que consiste no enriquecimento do acervo artístico da humanidade e no concomitante aprimoramento da linguagem artística, de acordo sempre com as leis internas que regem o seu desenvolvimento.

A arte abstrata, como vimos, partiu do formalismo, isto é, partiu de uma arte que se limita a exercícios formais, e foi além: subverteu o próprio mecanismo interno da linguagem pictórica, esfacelando-o e procurando reunir o que restou num novo sistema arbitrariamente inventado. Não é preciso dizer que esta tentativa estava destinada ao mais completo fracasso. Uma língua não se inventa. Podemos, se para isso tivermos engenho bastante, criar quando muito um sistema de símbolos que sirva de meio de comunicação entre os que o conhecem. Mas, sem contar que esse sistema inventado terá que basear-se sempre de algum modo, na verdadeira língua, é óbvio que ele será forçosamente mil vezes mais pobre e menos eficiente do que ela. Foi o que aconteceu ao esperanto abstracionista. E os mais inteligentes dos seus partidários, ou o abandonaram, ou limitaram-se conscientemente aos jogos formais, deixando de lado qualquer veleidade de expressão.

A verdadeira base da linguagem pictórica é a **figuração**. Ignorando ou fingindo ignorar este princípio elementar, os fiéis da abstração tentaram criar uma arte nova que partisse da linha e da cor. Hoje, apesar do talento e dos esforços empregados em cerca de 50

anos de pesquisas, parece-me correto dizer que êles nada conseguiram de positivo a não ser uma standardização da arte decorativa, de cujos limites não puderam sair em nenhum momento.

CONCLUSÃO

Perdoem-me os leitores esta longa dissertação. Julguei oportuno, porém, em lugar de comentar mais uma vez os quadros da Bienal (quadros que muito pouca gente viu), enfrentar com apetite estas questões intrincadas que parecem ser o nó górdio da arte atual. Não devemos esperar que apareça um novo Alexandre. Nós mesmos, jovens pintores e críticos, armados dos nossos canivetes, precisamos por mãos à obra e urgentemente. De minha parte, ficarei satisfeito se êste artigo provocar alguns debates e discussões.

Antes de concluir, entretanto, quero dizer ainda algumas palavras sobre as providências que o Sr. Sérgio Milliet está tomando e que, de certo, hão de fazer mais viva e mais ampla a IV Bienal, em 1957. Cuida-se, ao que parece, de rever o regulamento e o sistema de convites atualmente vigentes. Nada mais certo. Considero absolutamente necessário, p. ex., adotar medidas que melhorem o nível e a autenticidade da maior parte das representações estrangeiras, mesmo sob pena de diminuir-lhes o número. A arte brasileira, por seu lado, deve ser ainda mais prestigiada; junto a Portinari e Segall, outros valores devem merecer salas especiais. A economia de espaço é, neste particular, sinônimo de curteza de vistas. Pancetti, Graciano, Di Cavalcanti, Iberê Camargo, Goeldi, Djanira e outros, de acôrdo com um razoável sistema de rodízio, devem merecer recintos reservados e ter o direito de figurar com um número maior de trabalhos. Outras salas especiais devem ser destinadas aos grupos mais representativos de jovens. Os gravadores realistas, por exemplo, cuja arte começa a obter boa acolhida nos quatro cantos do mundo, precisam também a sua sala. O critério de premiações, enfim, deve ser melhorado; as correntes figurativas e realistas precisam ter a garantia de que serão representadas no júri de premiação. Isto é indispensável. Do contrário o clima de suspeitação em tôrno da Bienal continuará e nada adiantarão os esforços atuais.

Ao que se sabe, todas estas medidas e outras ainda estão nas cogitações dos responsáveis pela grande mostra do Ibirapuera. Que elas venham a ser efetivamente postas em prática, são os meus, os nossos votos.



Euclides da Cunha e a Realidade Nacional

CLOVIS MOURA

No dia de hoje, em 1909, na casa número 214 da Estrada Real de Santa Cruz, Euclides da Cunha tombava morto. O que significou para nossa cultura o seu trágico e prematuro desaparecimento não cabe analisar aqui. Euclides, de todos os escritores que abordaram os nossos problemas no seu tempo, foi o que se preocupou até à tortura pelos destinos do país. Sua obra é rígida, séria, de pesquisa e de síntese, representa o que de mais honesto se produziu nos primeiros anos do século XX sobre os nossos principais problemas. Trazendo Euclides da Cunha um lastro de cultura dos mais completos e, simultaneamente, dos mais contraditórios para sua época, vindo das lutas republicanas das quais participou com desassombro, enciclopédico, era quem estava destinado a nos traçar uma visão das mais realistas dos nossos problemas e aquele que mais se aproximaria de uma solução de fato condizente com as nossas tradições e nossa realidade. Profundamente preocupado em encontrar, através de uma análise científica

da nossa história e dos nossos problemas, uma diretiva política acertada, tudo o que Euclides da Cunha produziu tem êste aspecto: é uma tentativa honesta não apenas de abordar problemas, mas de procurar solucioná-los.

Queremos, porisso, inicialmente, dar uma visão sumária dos fatos mais importantes que antecederam o aparecimento dos seus primeiros trabalhos.

Fôra proclamada a República. Mas, o regime republicano não trouxera, aos seus mais puros e fervorosos adeptos, aquele governo porque sonhavam. Sem descobrirem a mola que emperrava a República, não sabendo que sem as modificações profundas que estava exigindo a nossa estrutura econômica, não era possível a existência de um governo que satisfizesse os seus anseios e às necessidades do povo que tantas esperanças depositara na república, muitos republicanos caíram para uma descrença desabrida, outros para um inconformismo que se traduziria em pronunciamentos contra os Presidentes, o que os levaria, muitas vezes, a posições antagônicas às instituições republicanas recém-estabelecidas. Lopes Trovão declara não ser aquela a república dos seus sonhos. Silva Jardim afasta-se do País para morrer melancolicamente no Vesúvio. O próprio Euclides da Cunha — que havia passado possivelmente por um período de simpatia pelo anarquismo, pois colaborou na «Provincia de São Paulo», abordando a questão social, com o pseudônimo de Proudhon — exclamaria, desiludido, a Floriano: «— não sou seu partidário; o Sr. defende a legalidade, eu estou com ela, apenas isto»... Os homens de latifúndio, do Partido Republicano Paulista e demais agremiações ligadas estreitamente aos donos de terras e grandes comerciantes e usurários, muitos dos quais haviam feito fortuna durante o tráfico de escravos, assumiam efetivamente a liderança e levariam André Rebouças a afirmar que fôra inútil a substituição do governo monárquico por uma república presidencialista. Desalento absoluto...

Por outro lado, a classe operária trazia para o palco político as marcas de suas primeiras manifestações. Suas organizações se estruturavam pela primeira vez. Eram, quase sempre, associações de caráter beneficente ou de resistência, associações que tentariam, em 1892, realizar um congresso convocado para a Capital do País. Dessa tentativa, porém, «restou, apenas, o noticiário nos jornais do tempo». Eram iniciativas tímidas ainda, é verdade, mas significavam o aparecimento de uma nova força política destinada a modificar radicalmente os métodos de se fazer política. Euclides sofreu, imediatamente, o impacto poderoso das novas idéias que nos chegavam com os movimentos operários e refletiam essa nova força política, com ela se propagavam e cresciam à medida que crescia sua organização. Sentindo que ondas novas se lançavam sobre uma ordem social que já não correspondia mais ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade (sentindo, apenas, convém grifar de momento para que se compreenda a análise subsequente que faremos do seu pensamento). Euclides da Cunha cedo foi atraído por essa nova corrente de luta, embora sem nunca ter sido ganho ideologicamente para as posições do socialismo científico, como pretendem alguns dos seus críticos. Em 1901 encontrava-se em São José do Rio Pardo, exercendo a profissão de engenheiro. Naquela cidade fundou-se uma associação operária: «Clube Internacional Filhos do Trabalho». Euclides é encarregado de redigir o manifesto a ser lançado no primeiro de Maio daquele ano, quando seria fundada oficialmente a associação. O texto do documento, redigido pelo autor de «Os Sertões», é muito importante para quem estuda a evolução do seu pensamento. Diz êle: «A data de 1.º de Maio foi adotada para a comemoração do trabalho pelo Congresso Internacional Socialista de Paris no ano de 1889 e confirmada pelos Congressos de Bruxelas e Zurich, em 1891 e 1893

Festa exclusivamente popular, ela se destina a preparar o advento da

mais nobre e fecunda das aspirações humanas: a reabilitação do proletário para a exata distribuição de justiça, cuja fórmula suprema consiste em dar a cada um o que cada um merece. Daí a abolição dos privilégios derivados quer da fortuna quer da fôrça.

Para êste fim é mistér promover a solidariedade entre todos os que formam a imensa maioria dos oprimidos, sôbre que pesam as grandes injustiças das instituições e preconceitos sociais da atualidade, destinados a desaparecer para que reine a Paz e a felicidade entre os povos civilizados

Promovendo entre nós a comemoração de uma data tão notavel, o «Clube Internacional Filhos do Trabalho» procura a vulgarização dos princípios essenciais do programa socialista, empenhando-se em difundi-los entre todas as classes sociais».

Segue-se ao manifesto o programa das comemorações que constava, entre outras coisas, da «inauguração do retrato do insigne mestre socialista KARL MARX, falando diversos oradores»

Achamos muito importante para uma compreensão de como Euclides se interessava pelo problema social, o manifesto que transcrevemos na íntegra. Por êle vemos que Euclides da Cunha acompanhava atentamente o movimento operário, referindo-se aos congressos socialistas e via, por outro lado, o socialismo de Marx como o instrumento teórico de análise, interpretação e transformação social necessário à mudança da estrutura da sociedade capitalista ao ver nele um «insigne méstre». Não vê, no entanto, a classe operária como o instrumento social capaz de possibilitar esta revolução, achando que essas idéias devem ser dirigidas «a todas as classes sociais» e não à classe operária fundamentalmente. Três anos após a redação do manifesto (em 1904) voltará a ocupar-se da questão social e o fará de modo surpreendente para a época. É, realmente, no seu artigo «Um Velho Problema», que Euclides expõe sua posição em relação ao marxismo. Depois de uma análise dos utopistas da Renascença e dos socialistas utópicos, análise que demonstra sólida leitura, chega finalmente a Marx «pois foi, realmente, com êste inflexível adversário de Proudhon que o socialismo científico começou a usar linguagem firme, compreensível e positiva». E acentua: «A fonte única da produção e do seu corolário imediato, o valor, é o trabalho. Nem a terra, nem as máquinas, nem o capital, ainda coligados, as produzem sem o braço do operário. Daí uma conclusão irreduzível: — a riqueza produzida deve pertencer aos que trabalham. E um conceito dedutível: o capital é uma expoliação». Em seguida Euclides da Cunha pinta com tintas vigorosas e realistas a situação em que se encontra o operário na sociedade capilalista, «adstrito a salários escassos demais à sua subsistência», para concluir: «Socialização dos meios de produção e circulação; posse individual sòmente dos objéto de uso». Analisa depois aquilo que chama a «heterodoxia socialista» para concluir pela aceitação das posições dos socialistas «corretamente evolucionistas» que preconisavam a chegada ao socialismo através do «processo normal das reformas lentas, operando-se na consciência coletiva e refletindo-se a pouco e pouco na prática, nos costumes e na legislação escrita, continuamente melhoradas». Isto, no entanto, não impedia que escrevesse, linhas abaixo, como sentindo necessidade de uma conclusão menos limitada à lógica reformista: «...as catástrofes sociais só podem provoca-las as próprias classes dominantes, as tímidas classes conservadoras, opondo-se à marcha das reformás — como a barreira contraposta a uma corrente tranqüila pode gerar a inundação. Mesmo nesse caso, porém, a convulsão é transitória; é um entrechoque ferindo a barreira governamental».

Estas citações, um pouco longas, são, no entanto, necessárias para um

conhecimento mais profundo do pensamento de Euclides da Cunha. Precisamos analisar o seu instrumental de conhecimento, ver com que equipamento teórico tentou interpretar a nossa realidade. É êste um objetivo preliminar para que possamos conhecê-lo melhor e saber porque sem ter chegado às posições do marxismo e sentindo a classe operária como composta de «necessitados» que precisavam de ajuda; sem ver nessa classe o instrumento social capaz de fazer as modificações na infra-estrutura da sociedade, Euclides da Cunha tinha de cair, muitas vezes, para o pessimismo, ao ver a nossa realidade. Sua correspondência é um atestado do que afirmamos: «eu te diria — escreve — do grande desprezo que ando sentindo pelas coisas dêste país. Nuns cavacos trágicos escarpelariamos algumas duzias de políticas, dando largo curso à nossa bilis de revolucionários»; ou então: «a opinião está envenenada; e quem quer que se abalance à luta desinteressada por uma idéia arrisca-se aos mais deprimentes conceitos». Euclides também achava que a república proclamada não era a dos seus sonhos de moço da Escola Militar... mas, por outro lado, com um tablado teórico bebido em fontes que já se formavam na Europa para dar combate ao marxismo, batia-se em contradições insolúveis, tentando interpretar uma realidade com teorias que não satisfaziam nem à sua inteligência nem ao seu coração.

Isto dito, passemos agora a outra questão. Quais os autores que influenciaram Euclides e estruturaram seu pensamento, sua ideologia, no decorrer de sua formação e evolução intelectual?

Euclides da Cunha tem, como unidade metodológica, em todos os seus trabalhos, um evolucionismo spenceriano que, através dos tempos, vai se modificando à medida que se agregam ao seu conjunto de conhecimentos outras teorias correlatas que surgem paralelamente a Spencer. Mas, convém salientar, Euclides não era um spenceriano ortodoxo. Seu pensamento tinha outras concepções que se mesclavam, fundiam-se a êsse evolucionismo metafísico, no qual as mudanças quantitativas nunca se transformavam em qualitativas e a evolução se processava por simples crescimento. Agregado a êle vemos um antropogeografismo exagerado, bebido na escola de Ratzel certamente (o livro do alemão, «Antropogeografia», apareceu na Europa em 1882 e a «Geografia Política» em 1897). A própria divisão do livro fundamental de Euclides da Cunha, «Os Sertões», em três partes (sendo que duas fundamentalmente são o miolo da obra): «A Terra», «O Homem» e «A Luta», mostra sua predileção pelo estudo da evolução social através o estudo do meio físico. Encontraremos, como metodologia do livro, não apenas esta dupla face (spenceriana-antropogeográfica) mas, ainda, de modo correlato, um antropologismo bebido em Lapouge, Lombroso e outros antropólogos em voga. Suas teses centrais são tiradas das linhas méstras dessas teorias, todas elas passos de retrocesso no processo de desenvolvimento do pensamento social. Outro autor que o influenciou foi, sem dúvida, Augusto Comte, embora, no fim da vida, ache-o «um ideólogo capaz de esparceir-se ao meio vezânico dos escolásticos sem distinção de nuances, em toda a linha agitada que vai de Roscelino a S. Tomás de Aquino». Gumplovicz foi ainda outra figura que influenciou profundamente Euclides e, em 1903, escrevia em carta a Araripe Junior: «Sou um discípulo de Gumplovicz, aparadas todas as arestas duras daquele ferocíssimo gênio saxônico», posição que, aliás, se reflete no «Os Sertões» quando o autor analise a formação étnica do sertanejo e vê uma pretensa luta de raças como fio condutor de tudo isso.

Escrevendo sobre um dos últimos trabalhos de Spencer em que o ideólogo do imperialismo inglês afirma que a civilização desemboca na barbarie, Euclides, ao refutá-lo, não deixa de comentar que êste conceito é «um diluente às suas mais sólidas teorias», achando que «o filósofo que se aba-

lançou a traduzir o desdobramento evolutivo numa fórmula tão concisa quanto à fórmula analítica em que Lagrange fundiu toda a mecânica racional», «acabou num lastimável desalento». No seu livro «Contrastes e Confrontos», composto de artigos escritos em várias épocas, podemos notar a influência poderosa que Spencer exerceu no pensamento de Euclides.

Mas, no fim da vida, após os estudos para a cadeira de Lógica, Euclides revela como sua formação ideológica não havia avançado muito em direção ao marxismo. Lamentando a situação do pensamento filosófico da época, dizia: «felizmente aí estão os Georges Dumas, Durkheim, Poincaré, e, na Austria, o lúcido e genial Ernesto Mach — almas novas e claras, que nos reconciliam com a filosofia». Encaminhava-se, como vemos, para a escola sociológica francesa e para o machismo.

Então, perguntar-se-á, por que Euclides, com uma formação ideológica tão cheia de contradições que oscilavam dentro dos quadros da ideologia reacionária, tendo escrito sobre o marxismo aquele artigo que citamos, assim mesmo para ficar nas posições de Vandevelde e Ferri, conseguiu escrever uma obra progressista, que chegou a aflorar muitas das soluções exatas para nossos problemas? Em outras palavras: como conseguiu esse escritor realizar uma obra que é um libelo acusatório contra os males que até hoje entravam o desenvolvimento econômico-social do Brasil? Através de que processo ideológico conseguiu Euclides da Cunha entrever os interesses das camadas e classes interessadas no nosso desenvolvimento se os seus métodos de análise não conduziam a nenhuma conclusão favorável a essas classes e camadas?

Euclides da Cunha teve, além de certas teorias que limitavam seu campo de visão analítico, oportunidade de conhecer, «in loco», nossa realidade no que ela tem de mais contundente e doloroso. Entreabriu a cortina da região amazônica, viveu o drama doloroso de Canudos no próprio local, percorreu grande parte do nosso território estudando a nossa formação territorial, viu seringueiros e «caucheiros», camponeses esmagados pelo latifúndio, políticos «republicanos» aproveitando-se da República para salvaguardar interesses mesquinhos, a sêca esturricando os sertões ante o total descaso dos poderes públicos e todos estes acontecimentos marcaram — como em uma superfície de cêra virgem — a sua sensibilidade. Daí a contradição flagrante entre a análise realista que faz de nossa realidade e as suas teorias. Quando enfoca a nossa formação etnológica, mesmo completamente envolvido em teorias que poderiam conduzi-lo a uma interpretação que afastasse definitivamente os fatores econômicos e sociais do seu papel no processo de evolução dos povos, Euclides escapa milagrosamente desse exclusivismo. É, então, na descrição de muitos dos nossos problemas que o seu gênio avulta. Abordando o problema das sêcas no Nordeste, das relações de produção semifeudais existentes na Amazônia, na análise das causas que formaram a luta de Canudos, no estudo de alguns dos nossos problemas mais agudos é que iremos encontrar a pujança de Euclides.

Aquelas teorias que, analisadas abstratamente, eram reacionárias, trouxeram, no entanto, para o Brasil — como é exemplo conhecido o caso do positivismo — uma visão mais arejada de ver as coisas e foram armas no processo das lutas abolicionistas e republicanas. O próprio Euclides da Cunha, com a acuidade que o caracteriza, pressentiu este fenômeno e escreveu que «as novas correntes, fôrças conjugadas de todos os princípios e de todas as escolas — do comtismo ortodoxo ao positivismo desafogado de Littré, das conclusões restritas de Darwin às generalizações ousadas de Spencer — o que nos trouxeram, de fato, não foram princípios abstratos, ou leis incompreensíveis à grande maioria, mas as grandes conquistas liberais do nosso século, e estas compondem-se com uma aspiração antiga e

não encontrando entre nós arraigadas tradições monárquicas, removeram, naturalmente, sem ruído — no espaço de uma manhã — um trono que encontraram...» Análise mais coerente não é possível.

II

Vejamos agora, após essa análise inicial das posições teóricas de Euclides da Cunha, como abordava os nossos problemas.

Inicialmente, analisemos como êle via o imperialismo. Para isto, precisamos ver dois aspectos básicos do problema: 1) o grau de penetração imperialista no tempo de Euclides, e 2) qual o imperialismo que exercia predominância dentro do nosso país. De fato: sem delimitarmos inicialmente êstes dois aspectos da questão, não podemos analisar justamente seu pensamento, pois assim o isolaríamos da conjuntura histórica, concreta, em que se manifestou. Isso, porém, nos levaria a uma análise mais profunda da realidade econômica e política da época, o que obviamente não é nossa intenção no momento. O que sabemos, no entanto, e podemos expressar «grosso modo» para a compreensão das linhas subsequentes, é que o capital inglês, de uma certa forma, ainda predominava, embora já sofrendo o atrito e o impacto do norte-americano que entrava na arena sul-americana com objetivos monopolísticos. Processava-se no país a luta entre os dois imperialismos. Talvez isso tenha levado Euclides a não ver o seu caráter monopolista porque, muitas vezes, embora escrevendo contra êle, deixava-se iludir por um ou outro «aspecto positivo» do imperialismo, não chegando a compreender o que se passava subrepticamente no tecido social e político em consequência do seu aparecimento no palco da história.

Convém notar, contudo, — fato de importância talvez decisiva para se compreender algumas das suas indecisões sobre o assunto — que no tempo em que Euclides escreveu as páginas em que analisa a penetração imperialista em nosso país, o próprio pensamento marxista ainda não havia estabelecido uma análise científica sobre o fenômeno, novo no panorama político e econômico mundial. Somente em 1916 V. I. Lenin publicou sua obra clássica «Imperialismo, etapa superior do capitalismo». Antes do aparecimento desse livro, as concepções gerais sobre o imperialismo não tinham, no seu conjunto, uma visão científica, estando no plano de análise dos J. A. Hobson e Hilferding. Faltava a Euclides, portanto, um conhecimento acertado sobre o verdadeiro caráter do imperialismo (como, aliás, a todos os que na época abordaram o assunto). Em consequência é possível ver-se, na obra de Euclides da Cunha, certas conceituações que para serem compreendidas têm de ser tomadas em consideração em relação ao tempo em que foram escritas. Euclides da Cunha teve de jogar apenas com o seu instinto e com o seu espírito analítico, muitas vezes alertando nosso povo contra as manobras expansionistas das nações imperialistas. Não tinha, no entanto, uma interpretação unitária do fenômeno, caindo muitas vezes para uma análise fragmentária, isolada do conjunto mundial, não penetrando na sua essência.

Euclides da Cunha acha que «a expansão imperialista das grandes potências é um fato de crescimento, o transbordar naturalíssimo de um excesso de vidas, e de uma sobra de riquezas em que a conquista dos povos se torna simples variantes da conquista de mercados». Iludia-se, no entanto, com certas obras como as realizadas no Egito pelos ingleses ou em Cuba pelos norte-americanos e afirmava: «um tal objetivo basta a nobilitar as invasões modernas». Euclides da Cunha deixava-se levar pelas informações tendenciosas que a imprensa do mundo inteiro distribuía na época sobre

a «filantropia» dessas nações. E aprofundava ainda mais essa impressão falsamente otimista em relação aos benefícios do imperialismo no seu artigo «Temores Vãos» onde afirma, categoricamente, não ser a expansão ianque «uma conquista de territórios, ou a expansão geográfica à custa do esmagamento das nacionalidades fracas — senão, numa esfera superior, o triunfo das atividades, o curso irresistível de um movimento industrial».

Mas, se Euclides refere-se ao fato de forma que poderá parecer à primeira vista de aceitação do imperialismo, o fato é que aduz, em seguida, ao particularizar o caso brasileiro, que o perigo não é ianque, alemão ou italiano: é brasileiro. E mostra que está no nosso próprio povo a energia capaz de impedir quaisquer perigos porque, caso contrário — traça então Euclides o quadro trágico: «veremos desdobrar-se um pecaminoso amor da novidade, que se demasia ao olvido das nossas tradições; o afrouxamento em que toda linha da fiscalização moral de uma opinião pública que se desorganiza dia a dia, e cada dia se torna mais inapta a conter e corrigir aos que a afrontam, que escandalizam e que triunfam; uma situação econômica inexplicavelmente abatida e tombada sobre as maiores e mais fecundas riquezas naturais; e por toda a parte os desfalecimentos das antigas virtudes do trabalho e perseverança que já foram, e ainda o serão, as melhores garantias do nosso destino». E, num rasgo de otimismo nada utópico, mostra o que acontecerá se resistirmos: «firmar-se-á inevitavelmente uma harmonia salvadora entre os belos atributos da nossa raça e as fórmulas superiores da República, empanados num eclipse momentâneo; e desta mútua reação, deste equilíbrio dinâmico de sentimentos e de princípios, repontarão do mesmo passo as regenerações de um povo e de um regime». É a mesma escala de raciocínio que Euclides usa em outro local, quando, após analisar as teorias do primeiro Roosevelt, fala daquilo que chama «espírito de paróquia» ou «patriotismo diferenciado» ao qual se opõe — segundo Euclides — o cosmopolitismo «essa espécie de regime colonial do espírito que transforma o filho de um país num emigrado virtual, vivendo, estéril, no ambiente fictício de uma civilização de empréstimo». Entre o «patriotismo diferenciado» e o cosmopolitismo, Euclides sempre ficou com o primeiro, achando que deveríamos criar «um lúcido nacionalismo, em que o mínimo desquerer ao estrangeiro, que nos estende a sua mão experimentada, se harmonize com os máximos resguardos pela conservação dos atributos essenciais da nossa raça e dos traços definidores da nossa gens complexa, tão vacilantes, ou rarecentes na instabilidade de uma formação etnológica não ultimada e longa». Era o Euclides que, embora sem compreender ainda teoricamente o imperialismo, já prefigurava medidas de defesa contra o seu avanço. A linha do seu pensamento nos demais trabalhos em que aborda o problema é a mesma.

Afirmava que precisávamos nos preparar para a luta pela salvaguarda de nossa independência da expansão «das raças fortes para o domínio». Dizia: «para este conflito é que devemos preparar-nos, formulando todas as medidas, de caráter provisório embora, que nos permitam enfrentar sem temores as energias dominadoras da vida civilizada, aproveitando-as cautelosamente, sem abdicarmos a originalidade das nossas tendências, garantidoras exclusivas da nossa autonomia entre as nações». E acrescentava: «Se não podemos engenhar medidas que nos salvaguardem, ou amparem nesta pressão formidável imposta pelo convívio necessário, civilizador e útil aos demais países, devemos pelo menos evitar as que de qualquer modo facilitem, ou estimulem, ou abram a mais estreita frincha à intervenção triunfante do estrangeiro na esfera superior dos nossos destinos».

Pronunciamento mais claro não se podia esperar!

Outro dos problemas fundamentais do nosso país — o latifúndio — foi abordado por Euclides da Cunha. Como os demais assuntos que estudou temos de vê-lo através de um processo e de uma perspectiva histórica. De fato, nas principais obras de Euclides, principalmente em «Os Sertões» e «A Margem da História», teve oportunidade de escrever sobre o problema da terra no Brasil, focalizando duas regiões importantíssimas no particular: o sertão da Bahia e o interior do Amazonas. Convém analisar, inicialmente, a forma como êle via o problema. Para qualquer pessoa que se familiarizou com a obra de Euclides, um aspecto salta aos olhos: ao referir-se ao problema da terra, sua visão é limitada pela sua especialidade de geógrafo. Vê na terra apenas seu aspecto geográfico, sua constituição, diluindo-se em frases ondulatórias, cheias de um cientificismo de naturalista unilateral. O problema da terra no plano das relações entre os homens (a questão agrária, para usarmos o termo consagrado) não se manifesta em primeiro plano na obra euclideana. Mesmo quando estuda a terra ligada aos fatos sociais apresenta, algumas vezes, o problema da maior ou menor fertilidade do solo, das sêcas, de maior ou menor quantidade de humos no terreno, etc., como os fatores que determinam a maior ou menor prosperidade e adiantamento das sociedades. Consequência, ainda, das teorias que abraçava, agravadas pela sua especialidade de geógrafo...

Mas, isto não significa que Euclides tenha ignorado o problema. Pelo contrário. No particular citaremos um fato curioso e importante, porém pouco observado: a evolução do pensamento de Euclides da Cunha em relação aos jagunços do Antônio Conselheiro ao tomar contato com a realidade de Canudos. Para isso devemos tomar o livro «Canudos» que reúne sua produção de correspondente do «Estado de São Paulo» na campanha. Inicialmente, o seu artigo, publicado antes de seguir para o teatro das operações, é todo entusiasmo, com um fim meio bombástico: «A República sairá triunfante desta última prova». Ainda na capital bahiana seus artigos são entusiastas, narram cenas de heroísmo dos soldados que regressam. Vão, no entanto, adquirindo tons mais sombrios à medida que Euclides chega ao local da revolta e toma contato com a realidade dolorosa dos sertanejos no sertão brasileiro, ante o desfilar macabro dos prisioneiros degolados impiedosamente pelas «tropas legais»; começa a ver e admirar o heroísmo dos jagunços, afirmando que «custa a compreender a energia soberana que os alevanta por tal modo acima das imposições mais rudes da matéria»; percorre as casas de Canudos, já nas mãos das tropas legais, e se estarrece ao ver a miséria em que vivem os nossos irmãos, descrevendo-a com a força que somente a revolta produz: «compreende-se que haja povos vivendo ainda, felizes e rudes nas anfratuosidades fundas das rochas; que o caraíba ferocíssimo e aventureiro, se agasalhe bem nas tubanas de paredes feitas de sebes entrelaçadas de trepadeiras agrestes e tetos de fôlhas de palmeiras ou caucasios nas suas burkas cobertas de couro — mas não se compreende a vida dentro dessas furnas sem ar, tendo por única abertura às vezes, a porta estreita da entrada e cobertos por um tecto massivo e impermeavel de argila sobre folhas de icó!» Em seguida, descreve a mobília que é, aliás, o mobiliário clássico das casas camponesas: «um banco grande e grosseiro (uma tábua sobre quatro pés não torneados); dois ou três banquinhos; redes de cruá; dois ou três baús de cedro de três palmos por dois. É toda a mobília. Não há camas; não há mesas, de modo geral...» Finalmente, já em correspondência datada de 1.º de outubro, confessa: «Sejamos justos — há alguma coisa de grande nessa coragem estóica e incoercível, no heroísmo soberano e forte dos nossos rudes patrícios transviados e cada vez mais acredito que a mais bela vitória, a conquista real con-

sistirá no incorporá-los, amanhã, breve, definitivamente, à nossa existência política».

Quão longe está este Euclides do articulista do «Estado de São Paulo», quando ainda não tinha conhecimento da situação dos homens de Canudos...

Partindo desta nova posição é que irá escrever «Os Sertões». E o livro, que seria uma apologia das «forças da república», transformou-se na maior acusação do seu tempo contra a técnica de se resolverem as questões sociais à bala; tanto assim que alguns elementos do Exército viram no livro uma obra dissolvente pela crueza com que aborda certos fatos, passando a perseguir o autor.

Em consequência de haver Euclides aprofundado a análise social dos problemas da terra, afirma em «Os Sertões» que «em toda essa superfície de terras, que abusivas concessões de sesmarias subordinaram à posse de uma só família», havia se formado no Brasil um «feudalismo tacanho». Continuando em outro local a análise do problema agrário, afirma que «... o fazendeiro dos sertões vive no litoral, longe dos dilatados domínios que nunca viu, às vezes. Herdam velho vício histórico. Como os opulentos sesmeiros da Colônia, usufruem parasitariamente, as rendas das suas terras, sem divisas fixas». Em outro trecho mostra como «os possuidores do solo de que são modelos clássicos os herdeiros de Antônio Guedes de Brito, eram ciosos dos seus dilatados latifúndios sem raízes, avassalando a terra. A custo toleravam a intervenção da própria metrópole». Contrastando com esses latifundiários, via Euclides a massa camponesa: «anônimos — nascendo, vivendo e morrendo na mesma quadra de terra — perdidos nos arrastadores e mocambos; e cuidando a vida inteira fiélmente de rebanhos que lhes não pertencem». Por isso mesmo, com todas as deformações das «escolas» históricas e sociológicas já não podia descrever Antônio Conselheiro como o tipo do «criminoso nato» de Lombroso, mas como resultante do meio social: «da mesma forma que o geólogo — dirá Euclides — interpretando a inclinação e a orientação dos estratos truncados de antigas formações esboça o perfil de uma montanha existente, o historiador só pode avaliar a atitude daquele homem, que por si nada valeu, considerando a psicologia da sociedade que o criou» porque «as fase singulares de sua existência não são, talvez, períodos sucessivos de uma moléstia grave, mas são, com certeza, resumo abreviado dos aspectos preponderantes de mal social gravíssimo». Daí, após ter se referido ao fato de oscilar a consciência de Antônio Conselheiro «em tórno dessa posição média, expressa pela linha ideal que Maudaley lamenta não poder traçar entre o bom senso e a insânia», conclue o seu magistral livro afirmando: «é que não existe um Maudaley para as loucuras e os crimes das nacionalidades...»

Já com esta visão muito mais realista do problema da propriedade da terra, é que Euclides da Cunha irá para o Amazonas. A descrição que nos faz, das relações de produção imperantes naquela região, são das mais realistas e servem ainda para os nossos dias. Vejamos como se exprime: «O seringueiro, e não designamos o patrão opulento, se não o freguez jungido à gleba das «estradas», o seringueiro realiza uma tremenda anomalia: é o homem que trabalha para escravizar-se». E, em seguida: «Vêde esta conta da vida de um homem:

No próprio dia em que parte do Ceará, o seringueiro principia a dever: deve a passagem de prôa até o Pará (35\$000), e o dinheiro que recebeu para preparar-se (150\$000). Depois vem a importância do transporte numa gaiola qualquer de Belem ao barracão longínquo a que se destina, e que é, na média, de 150\$000. Aditem-se cêrca de 800\$000 para os seguintes utensílios invariáveis: um boião de furo, uma bacia, mil tijelinhãs, uma machadinha de ferro, um machado, um terçado, um rifle (carabina Winchester) e

duzentas balas, dous pratos, duas colheres, duas chéscaras, duas panelas, uma caféteira, dois carreteis de linha e um agulheiro». E prossegue para a barraca, no centro, que o patrão lhe designará. Ainda é brabo, isto é, Euclides: «aí temos o nosso homem no barracão senhorial, antes de seguir ainda não aprendeu o córte da madeira e já deve 1:135\$000». Depois de acrescentar outras despesas indispensáveis ao seringueiro, Euclides mostra como, ao fim de um ano de trabalho, é éle «devedor e raro deixa de o ser» porque há ainda «o contrato unilateral que lhe impõe o patrão expresso nos «Regulamentos», dos quais Euclides dá um resumo. Por exemplo: «a pesada multa de 100\$000 comina-se a êstes crimes abomináveis: a) «fazer na árvore um córte inferior ao gume do machado»; b) «levantar o tampo da madeira na ocasião de ser cortada»; c) «sangrar com machadinhas de cabo maior que quatro palmos». Além disso, continua Euclides, o trabalhador só pode comprar no armazem do barracão, «não podendo comprar a qualquer outra, sob pena de passar pela multa de 50 % sôbre a importância comprada». Prossegue: «Fugir? Nem cuida em tal. Aterra-o o desmarcado da distância a percorrer. Buscar outro barracão? Há entre os patrões acôrdo de não aceitarem, uns os empregados dos outros, antes de saldadas as dívidas, e ainda ha pouco tempo houve no Acre numerosa reunião para sistematizar-se essa aliança criando-se pesadas multas aos patrões recalcitrantes». Isso fez Euclides ver «o renascer de um feudalismo acalcanhado e bronco» porque «não o ligam sequer (o seringueiro) à terra. Um artigo do famoso «Regulamento» torna-o eterno hóspede dentro da própria casa. Citemo-lo com todo o brutesco de sua expressão imbecil e feroz: «Todas as benfeitorias que o liquidado tiver feito nesta propriedade, perderá totalmente o direito uma vez que retirar-se»... E conclue Euclides o artigo antevendo reformas futuras muito profundas. «Dela (da resenha de arbitrariedades enumeradas por éle) resulta impressionadoramente a urgência de medidas que salvem a sociedade obscura e abandonada: uma lei do trabalho que nobilite o esforço do homem; uma justiça austera que lhe cerceie os desmandos; e uma forma qualquer de homestead que o conserve definitivamente à terra». O que só se poderá conseguir, certamente, com a reforma agrária.

Êstes são alguns dos aspectos do pensamento de Euclides da Cunha, traçados de modo sumário e resumido. Por tudo que escreveu e agiu foi um grande homem, grande no sentido que éle próprio imaginava: «o que apelidamos grande homem é sempre alguém que tem a ventura de transfigurar a fraqueza individual compondo-a com as forças infinitas da humanidade»...

S. Paulo, 15 de agosto de 1955.

Bibliografia:

Nas citações foram usadas as seguintes obras:

«Os Sertões», 12.^a Edição, Rio, 1933.

«À Margem da História», 5.^a Edição, Porto, 1941.

«Contrastes e Confrontos», 6.^a Edição, Porto, 1923.

«Canudos», Rio, 1939.

«Euclides da Cunha e Seus Amigos» (cartas) São Paulo, 1983.

ARTUR AZEVEDO

Artur Azevedo, cujo centenário de nascimento comemora-se este ano, nasceu no Maranhão e faleceu no Rio de Janeiro em 1908. Escreveu em prosa e verso, além de ter exercido grande atividade na imprensa do seu tempo. Ocupou-se igualmente do teatro, tendo produzido peças onde reproduz fielmente os nossos costumes populares. Dentre elas podem ser citadas: «A Véspera de Reis», «Amor por Anexins», «A Pele do Lobo», «O Labirinto», «A Mascote da Roça», além dos dramas «Anjo de Vingança», «O Escravocrata», este em colaboração com Urbano Duarte. Os trabalhos teatrais de Artur Azevedo, assim como sua obra de contista e poeta, já se incorporaram ao nosso patrimônio de cultura pelo seu estilo popular e seu sentido de crítica aos costumes e atitudes de determinados setores de nossa sociedade. Artur Azevedo, na galeria dos homens que contribuíram para o desenvolvimento da cultura nacional, ocupa uma posição de destaque pela forma como imprimiu aos seus trabalhos o sentido humanista e crítico que caracteriza todas as grandes obras. Associando-se à série de homena-



gens que vêm sendo prestadas ao grande escritor, «FUNDAMENTOS» publica no presente número duas das suas produções — uma em prosa outra em verso — como mostra do estilo e das preocupações de Artur Azevedo.

Entre a missa e o almoço

Como a capela estivesse distante uns cem passos apenas do palacete da viscondessa, algumas senhoras tinham por hábito, depois da missa das dez e antes do almoço, reunir-se durante uma hora, no ensombrado terraço daquele palacete, afim de comentarem as novidades da semana. Escusado é dizer que não se falava ali de outra coisa que não fosse a vida alheia.

Num desses domingos, a figura mais indiscreta e maldizente do grupo, D. Izaltina, viuva de um senador inútil, trouxera uma grande novidade!

- Sabem?. . . a Alice Viegas separou-se anteontem do marido!
- Que está dizendo? isso póde lá ser! exclamou a viscondessa.
- É impossivel!
- Pois sim, mas é o que lhes digo: separaram-se! A Alice está em casa da mãe, na Gavea, e vae tratar quanto antes do divórcio!
- Quem lhe deu esta notícia?
- Pessoa fidedigna: o médico da casa, que assistiu, sem querer, ao final da cena do rompimento, e depois foi chamado a Gavea para ver a Alice, que estava excessivamente nervosa.
- O Dr. Getúlio?
- Esse mesmo. Como sabem, é meu compadre. Foi jantar comigo ontem, e disse-me tudo sem que eu lho perguntasse,
- É uma coisa difícil de acreditar! volveu a viscondessa. O Teodoreto Viegas vivia com a mulher como dois pombinhos.
- Ah, minha boa amiga! as aparências enganam, explicou D. Izaltina: eles ultimamente não se podiam ver um ao outro!
- Parece que isso é verdade, obtemperou D. Elisiaria, figura obrigada da missa das dez; a minha engomadeira, que serviu em casa deles não há muito tempo, disse-me que andavam sempre como o cão e o gato.
- E você calada, Elisiaria! exclamou a dona da casa em tom repreensivo.
- Esqueci-me de lhes dizer.
- Uma senhora do grupo, que tudo ouvia sem dizer nada, tomou a defesa de Alice Viegas:
- Em todo o caso, não creio que a razão esteja com o marido. Conheço perfeitamente Alice. . . fomos companheiras de colégio: é uma senhora que está acima de qualquer suspeita.
- Quem sabe lá? redargiu outra. Tem se visto tanta coisa extraordinária!
- Sim. . . tem si visto muita coisa, disse a viscondessa, mastigando as palavras; mas não há duvida que até hoje ninguem se lembrou de dizer mal da Alice.
- Ninguem, apoiou D. Izaltina. Não gosto dela, nem ela gosta de mim, mas devo ser justa.
- Não duvido, mas de tempos a esta parte começou a tratar-me por cima do ombro, fingindo que não me vê ou me cumprimentando por favor, como se fosse alguma coisa mais do que eu.
- Talvez alguma intriga. . .
- O Dr. Getulio, meu compadre, preveniu-me de que ela não era minha amiga, mas não quiz dizer-me porque. Entretanto sou tão superior a estas pequenices, que a defendo mesmo sem conhecer os motivos da separação. A culpa deve ser do marido.
- Não sei, objetou a viscondessa. Conheço de perto o Teodu-

reto Viegas, que é contra-parente do visconde. É um moço distintíssimo, correto, e nada consta que o desabone.

— A Alice tem um grande defeito, disse D. Elisiaria; a esse respeito minha engomadeira contou-me coisas muito interessantes. . .

— Que defeito? perguntaram cinco vozes.

— É muito ciumenta.

— Muito, confirmou a amiga do colégio, e esse deve ser o motivo real da separação. O Dr. Teodoreto andava num cortado!

— D. Izaltina que era o espírito de contradição em pessoa, folgou de ter esta ocasião de divergir, e observou num tom de profunda convicção:

— Minha cara, não há ciumes de esposa que não tenham razão de ser. Isso de ciumes infundados é uma história inventada pelos srs. Homens, a Alice era ciumenta, porque naturalmente o marido lhe dava motivos para isso.

— Deus me livre de defender os homens, disse a viscondessa: mas não de convir: há casos em que a injustiça de certas senhoras. . .

— É um engano, atalhou D. Izaltina. As vítimas são sempre elas.

— Isso é muito absoluto!

— Será, mas é assim mesmo; nesse ponto sou intransigente, e defendo contra os homens até minhas próprias inimigas!

— E acrescentou com fanfarrice:

— Se o Dr. Teodoreto aparecesse aqui neste momento, eu interpela-lo-ia, e as senhoras veriam se tenho ou não razão!

Notável coincidência: palavras não eram ditas, e o Dr. Teodoreto Viegas, como se esperasse a deixa, assomou no portão do jardim e tocou a campainha.

— É ele! exclamaram ao mesmo tempo todas as senhoras do grupo.

Um criado foi imediatamente abrir o portão ao recém-chegado, que entrou e subiu para o terraço, onde apertou a mão à viscondessa e cumprimentou as demais senhoras com muita distinção de maneiras.

Vinha procurar o visconde, com quem desejava conversar sobre um assunto íntimo.

— Meu marido está lendo os jornais no seu gabinete, disse a viscondessa.

E voltando-se para o criado:

— José, vá dizer ao senhor visconde que está cá em baixo o Dr. Teodoreto Viegas, que lhe deseja falar.

— Muito obrigado, viscondessa.

A dona da casa que era perversa, e queria saber até onde iria

a coragem tola de D. Izaltina, ofereceu uma cadeira a visita, dizendo-lhe:

— O Dr. não morre cedo: falavamos da sua pessoa. . .

Houve um grande silêncio.

— Naturalmente o assunto da conversa era o lamentável incidente que se acaba de dar na minha casa, e do qual foi testemunha, em parte, o Dr. Getúlio, compadre da excelentíssima. . .

E apontou para D. Izaltina.

Pois é verdade, minhas senhoras, separei-me de minha mulher, continuou o Dr. Viegas com uma franqueza que assombrou o grupo; desmanchei a minha família, destruí todos os meus sonhos de futuro. . . Destruí é um modo de dizer; destruídos estavam eles há muito tempo!

— Uma vez que o Dr. fala com tanta franqueza, tornou a viscondessa, dir-lhe-ei que uma das senhoras presentes o acusava, não há tres minutos, dizendo que o interpelaria se o senhor aparecesse aqui de repente, como apareceu por um singular acaso.

— Conquanto a ninguém deva conta dos meus atos, estou pronto a ser interpelado. . . Qual de vossas excelencias é a interpelante?

— Eu! exclamou prontamente D. Izaltina, que não se quiz mostrar pusilânime, — eu, e o doutor bem sabe que sua senhora, não sei porque, não simpatiza comigo, portanto, não sou suspeita.

— Desta separação somos ambos culpados, minha mulher e eu. Ela, porque era injusta, porque fazia da nossa casa um inferno e não me deixava trabalhar; eu, porque, casado há quase tres anos, não tratei de corrigir, desde os primeiros dias, os seus defeitos de educação. Alice entendeu que eu deveria ser, não o seu esposo, não o seu companheiro amante, fiel e dedicado, mas o escravo dos seus caprichos, das suas fantasias, das suas visões. Fiz todos os esforços para viver só para ela e para o trabalho: não o consegui! Se continuássemos ligados um ao outro, em pouco tempo estaríamos velhos e gastos. Não nos compreendíamos e já não nos amávamos. Não tivemos filhos. Eramos ambos ricos. O melhor que tínhamos a fazer era procurar, cada qual outro destino.

— Mas Alice é uma senhora honesta, disse D. Izaltina.

— Não nego, minha senhora, e posso dar o melhor testemunho da sua honestidade. É honesta, e também eu sou, conquanto ela o não creia; mas a honestidade não basta para fazer a ventura de um casal: é preciso também o amor. Desde que este desaparece para dar lugar à mentira e à hipocrisia, só as conveniências sociais poderiam me obrigar a aceitar uma situação intolerável, e eu, com perdão de vossas excelencias — declaro que não sacrifico a minha vida à sociedade. Não foi só para os desonestos que se inventou o divórcio.

— Alice era muito ciumenta, murmurou tristemente a amiga de colégio.

— Ainda bem que vossa excelência o sabe. Foram os ciumes que envenenaram a nossa existência conjugal e deram cabo do nosso amor! — Ciumes terríveis, extravagantes, absurdos; ciumes que me ofendiam e muitas vezes me colocavam numa posição desairosa e ridícula. Ciumes de todas as senhoras, com quem eu falava, ciumes das mulheres desconhecidas que se sentavam ao meu lado no bonde ou no teatro, ciumes das amigas, das criadas e até das cozinheiras!

D. Izaltina, que era muito impertinente, observou, franzindo a cara:

— É impossível que tantos ciumes fossem a tóa. . . É impossível que o senhor não lhe tivesse dado, ao menos por uma vez, razão para. . .

— Minha senhora, atalhou vivamente o doutor, aproximando a sua cadeira da de D. Izaltina, — eu tive o prazer de encontra-la uma noite no casino, e troquei algumas palavras com vossa excelência. Essas palavras foram desrespeitosas?

— Ora essa!

— Peço a vossa excelência que me responda: algum dia faltei com o respeito devido a vossa excelência?

— Nunca! Nem eu o permitiria!

— Algum dia estive a sós com vossa excelência?

— Comigo? Nunca!

— Algum dia vossa excelência recebeu uma carta minha ou um aperto de mão suspeito? . . . algum dia surpreendeu nos meus olhares ou nos meus gestos a manifestação de um desejo impuro? . . .

— Nunca!

— Pois bem; na opinião de minha mulher, vossa excelência foi minha amante!

Estupefação geral.

— Ela muitas vezes me atirou à cara os nossos amores, e fartou-se de o dizer a muita gente, inclusive ao Dr. Getulio, compadre de vossa excelência. Pergunte-lhe!

— D. Izaltina ficou petrificada.

Neste instante voltava o criado, dizendo:

— O senhor visconde manda pedir ao senhor doutor que suba.

O marido da ciumenta Alice cumprimentou as senhoras e desapareceu no interior do palacete.

— Minhas amigas, disse a viscondessa, o Dr. Teodoreto Viagas respondeu tão bem à interpelação, que podemos, creio, votar uma moção de confiança.

Juvenal

I

Mal completara treze anos
A flor dos napolitanos,
O formoso Juvenal.
Vendia jornais diários;
Cansava as peninhas nuas,
Gritando por estas ruas:
Gazeta! Globo! Jornal!

Coitado! vivia o mísero
Como vive um cão sem dono,
No mais completo abandono,
Ora aquí, ora acolá!
A dormir um sono plácido
Sobre o batente das portas,
De noite nas horas mortas
Deitava-se ao Deus dará.

Da saude a côr purpúrea
Não lhe alterara o desgosto;
Juvenal tinha no rosto
Da infância o róseo matiz;

Era o inocente notívago,
No seu viver lastimoso,
Um miseravel ditoso,
Um desgraçado feliz.

Uma triste circunstância
De aquí registrar não fujo:
Andava o pequeno sujo
Ao ponto de causar dó!
Braços, pernas, rosto — ó lástima —
Enegrecidos estavam,
E o pescoço lhe abarcavam
Negros colares de pó.

II

Dos seus freguezes no número

Houve certo conselheiro,
Ia levar-lhe o **Cruzeiro**
Cedinho, pela manhã.
No tôpo da escada n'tida
Quem a folha recebia
E pagava, todo o dia,
Era a mimosa Nhã-Nhã.

Nhã-Nhã, um anjo pulquérrimo!
Pálida, triste, franzina,
Era mais que uma menina
E menos que uma mulher;
Desabrochava-lhe esplêndida,
Entre doiradas quimeras,
Flôr de quinze primaveras
Nos lábios de rosicler.

Ao vê-la, o pobre alegrava-se,
E, quando acaso a não via,
Sentia, logo sentia
Um azedume... um torpor...
Um sentimento novíssimo
Entre o respeito e a saudade,
E muito mais que amizade
E muito menos que amor.

III

Uma vez subiu levípede
A escada do conselheiro,
Para deixar o **Cruzeiro**...
Mas logo empalideceu,
Estava na sala um féretro
Por tochas alumiado,
Numa eça colocado
Que de surpresa o colheu.
Penetrou na sala trêmulo,
Vexado como um patife,
E ao chegar em frente ao esquite,
Lívido, parvo, estacou...
Era ela, Nhã-Nhã! Das lágrimas
Lhe desabou a enxurrada...

IV

Enfim, de cara lavada,
A vez primeira ficou.

Passaporte

para o Haiti

RENÉ DEPESTRE

Para muitas pessoas, o nome Haiti evoca, automaticamente, a visão ultra-romântica de uma ilha onde, desaparecida a última chama do sol no horizonte, divindades femininas, depois de dansar sob as rédes perfumadas de seus amantes, as luzes brilhando nos seios nus de suas roubustas belezas, os atraem para as praias a fim de os saciar com leite de côco, bananas, ananazes e outras delícias de que possuem o encantamento. Sem esquecer, bem entendido, o luar em cuja orla estas paixões eminentemente combustíveis inflamam seu grande fogo corporal. Este mapa haitiano, no, assim imaginado por um largo setor do exotismo internacional, torna-se verosímil quando se conhece a luxuriante paisagem do Haiti, a suavidade igual de suas estações, a postura majestosa, fértil e apimentada de suas mulheres. Mas será êle verdadeiro? Digamos desde já que o foi, no tempo longínquo em que o Haiti (palavra caraíba que significa lugar alto) era a pátria dos lendários caciques indígenas, cujos contemporâneos dedicavam suas forças à caça, à pesca, às canções e ao amor. No tempo em que reinava a poetiza Anacaona sobre uma parte da ilha, bem como sobre o curso dos rios, o verde das árvores e as noites de amor. Esta mesma Anacaona, cuja maior glória — quando Cristóvão Colombo implantou o despotismo sob a bênção católica de Isabel de Castela — foi ser precipitada às águas ao largo do Haiti, mas que, passados séculos após o crime, à maneira dos astros seus semelhantes, continua a iluminar um vasto meridiano da nostalgia haitiana. . .

Com o desaparecimento desta rainha e seus poemas nas vagas azuis das Caraíbas, pelo trabalho nas minas de ouro, pelos instrumentos de tortura desembarcados das caravelas nas mesmas arcas

que traziam as cruces, pela escravização de todo um povo, abriram-se novos caminhos que conduziam diretamente à prisão, com uma única outra alternativa — as valas comuns.

Uma pátria de dansas, de sonhos, de gemidos amorosos, de doce cantar dos homens ao lado da canção infinita das vagas, a cabeça baixa como um cachorro vadio, segue êsses mesmos caminhos, nas pegadas de seus condenados à morte. Assim se extinguiu a chama vermelha dos primitivos habitantes do Haití. E o terror que viera do castelo assombrado da louca de Castela, a rainha Joana, se preparou imediatamente para ratificar, com rúbricas sanguinolentas, uma nova avalanche de gritos, de suplicios e de desgostos sem sepultura!

O. RENASCIMENTO PELO SANGUE NEGRO

Com efeito, um édito de Carlos V, sob o encorajamento do iluminado monge Bartolomeo de Las Casas, benfeitor da humanidade indígena, autorizou o arrebanhamento oficial dos negros da África, para assegurar o renascimento do sangue vertido e coagulado sobre a terra de Hispaniola (Haití). Ao mesmo tempo, novas culturas foram introduzidas na ilha, o que, graças à mão de obra escrava, abriu-lhe uma longa era de prosperidade econômica e exercitou as cobiças expectantes de todos os aventureiros do mundo. É a época que o eufemismo dos historiadores chama o “tráfico de escravos”, e da qual não se escreveu ainda a crônica alucinante, da qual o gênio épico de um poeta aiuda não cantou tôdas as desgraças, da qual sabe-se apenas que é a cúpula de todos os horrores conhecidos até então na história. Tráfico de escravos, como sua versão mais moderna “campos hitleristas”, pode parecer redondilha menor de consonância inofensiva aos ouvidos daqueles que não têm a coragem de levantar a cobertura das palavras. Tráfico de escravos, para não dizer o mais vasto matadouro em que foram abatidas, sobre mesmo cêpo, a ternura e a liberdade de milhões de homens. Durante três séculos seu odor desafiou a consciência daqueles que, na Europa e em outros lugares, denunciavam em alta voz, o vergonhoso comércio que maculava a humanidade. Suas peripécias, seu registro de bordo, excedem os limites dêste rápido panorama de um país que só tem a ganhar tornando-se mais conhecido, ainda que fôsse apenas pelas lições que se podem tirar de sua conduta em face dos suplicios.

Após a assinatura, em 1697, do tratado de Ryswick, pondo fim à guerra de coalizão de Augsberg, a Espanha teve que debitar no passivo de sua derrota, a concessão à França da parte ocidental de Hispaniola (Haití). Na realidade, esta cláusula do tratado não fazia mais que confirmar uma ocupação que, depois de longos anos,

havia realizado os flibusteiros e bucaneiros franceses. De seu refúgio fortificado na ilha da Tartaruga, faziam incursões, duma audácia inaudita, ao interior da possessão espanhola. A fronteira das rivalidades franco-espanholas cortou assim a ilha cativa em dois países distintos pela língua e pelas técnicas em oprimir os homens, mas, excetuadas essas particularidades nacionais, os dois foram solidários quanto ao desejo de "traficar" até o exgotamento da matéria prima importada da África.

NEGROS FUGIDOS

Mas uma solidariedade, de perspectivas totalmente opostas, nasceu de um elo a outro da cadeia que estrangulava a ilha. Se efetivamente houve no mapa, São Domingos para designar a parte oeste, e Hispaniola para a vertente oriental e espanhola do cativoiro, os negros, libertos com o tempo do choque biológico que se seguiu a sua transplantação, conheceram somente uma única pátria deserdada, um único país de sofrimento e, o fogo nostálgico da liberdade começou a arder. Desta nostalgia surgiu um dia a epopéia dos negros fugidos.

Fugiam os escravos das plantações de seus senhores e carrascos para organizar nas montanhas como que guerrilhas, sob o signo exclusivo do fogo, do veneno e de um ódio ilimitado à injustiça. Eles se reuniam na paz inviolada das florestas e reencontravam intacta, a despeito das cicatrizes mal fechadas, a paz das noites africanas, orvalhadas de preces, iluminadas de danças, canções e outros clarões místicos da religião vodú. Cêdo começaram a misturar a esta, os ritos cristãos que haviam recentemente entrado em sua vida conjuntamente com os golpes de açoite. Uma nova religião — quexume embebido de sangue — agitada de transes, brotou desta união clandestina do céu e do inferno dos negros. Uma nova sensibilidade, profunda como uma ferida de machado, elevou-se sobre o horizonte de seus desesperos, resplandecente de juventude, como o sol na aurora de sua vida cósmica. Esta sensibilidade, dia a dia mais coletiva, vagou durante anos através da suntuosa vegetação tropical, exercitou suas cordas de cipó na prova das escaramuças com o inimigo, assombrou o sono respousado dêste, enquanto não chegava seu dia D. seu Espártaco, seu João Huss negro.

A PRINCÍPIO ESPARTACO SE CHAMOU «FATRAS BATON»

Este negro surgiu um dia, à luz do mundo, na habitação Bréda, ao norte de São Domingos (Haití), o estrelado norte dos infelizes. Infligiram-lhe a alcunha de "Fatras Baton" em virtude de seu aspecto doentio. "Fatras Baton", uma zombaria a mais na alvorada

de seus primeiros passos. Por meio de exercícios físicos, êle se dedicou a corrigir sua debilidade. Tornando-se robusto atraiu a atenção de seu senhor que fez dêle um cocheiro. Continuou a desenvolver sua personalidade, aprendeu a ler com Jean-Baptiste Louverture, de quem conservou o sobrenome e os conhecimentos. Daí em diante passou a se chamar Toussaint Louverture, o nome que iria simbolizar em São Domingos a coragem e a honra e perdurará enquanto a terra fôr o bem precioso dos homens.

Suas qualidades fizeram com que fôsse admitido no exército francês onde adquiriu uma experiência de armas que se tornou inestimável quando julgou chegado o momento de pô-la a serviço de seu povo. No meio tempo, ocupava seus momentos de lazer lendo, decifrando a linguagem "civilizada" dos opressores, arquitetando em sua cabeça de negro enormes desígnios, claros luminosos que os colonizadores, se tivessem então podido conhecê-los, considerariam como divagações de um alucinado. Um após outro, estudou os graus militares sob a luz de seus dons incontestáveis. O célebre livro do abade Reynal, "História dos Estabelecimentos Europeus nas duas Índias" (1713-1794), repleto de tôda sabedoria francesa e européia do século XVIII, foi um dos que melhor serviu para cunhar a medalha de ouro de seu gênio. Êste mesmo gênio elevou-o um dia à posição de governador geral de São Domingos, o que, na concepção da época e no caso de um ex-escravo negro, correspondia ao aparecimento de um novo planeta no céu para um astrônomo. Além de seu título oficial que apareceu no "Monitor" dêsse dia, Toussaint tornou-se o general, o governador de tudo que para seu povo — orvalho, luz, primavera, mtas, leite puro — estava reunido sob a designação genérica de liberdade. O "Monitor" anônimo do sofrimento anunciou em todos recantos de São Domingos a nova dignidade com que acabava de ser investido um de seus filhos. A esperança adquiriu daí por diante um semblante de negro.

Assim, quando Taussaint Louverture se deu conta de que a França, que acabava de flamejar o 1789, não tinha a menor disposição de expandir essa claridade às atribulações de seu povo, recorreu à cólera dêste, certo de unificar a totalidade dos injuriados contra o estabelecimento da injustiça.

A revolução de São Domingos ficou desde então estabelecida sôbre trilhos sólidos e seu trem tempestuoso ia rolar com tal velocidade e com tal certeza, que fôrça alguma estaria em condições de sabotá-la. Perturbado pela amplitude do movimento emancipador dirigido por Toussaint Louverture, Napoleão decidiu que a deportação daquêle para a França, seria a única maneira de "pacificar" São Domingos (Haití); Toussaint aprisionado numa cilada (um modêlo de velhacaria colonialista preparado pelo general Brunet)

e, com grilhões aos pés, como um bandido, foi embarcado para sua tumba no forte de Joux, no Jura. No momento da partida do barco, voltando os olhos uma derradeira vez para a luminosidade de sua pátria, lançou o seguinte testamento político: "Ao me derrotarem, abateram em São Domingos apenas o tronco da árvore da liberdade dos negros, ela renascerá, pois suas raízes são numerosas e profundas". Morreu de frio e de nostalgia, tendo como única amizade, à cabeceira de sua tarimba de cativo, a neve virgem do ano de 1803.

OS CAMINHOS DA INDEPENDÊNCIA

A 1.º de janeiro de 1804, um ano após o desaparecimento de Toussaint Louverture no fundo do inverno Jurássico, São Domingos (Haití), como se fôra uma grande caixa de música, celebrou a capitulação dos sobreviventes do corpo expedicionário enviado por Napoleão, ao preço de enormes sacrifícios, para "pacificar" a honra em armas de um povo. Este acabava de romper suas cadeias e pela primeira vez fazia passear pelas ruas o pendão nacional da liberdade. A primeira revolução vitoriosa de escravos na história da humanidade, a segunda nação libertada do continente americano, içava as côres jovens de seu pavilhão nos mastros de todos edifícios públicos do país. Vermelho e azul. Azul da coragem ilimitada, vermelho vivo do sangue derramado, tendo como fundo a palmeira real da liberdade, coberta por um barrete frígio e iluminada pela divisa: "A união faz a força", a mesma que havia conduzido à vitória as tropas revolucionárias.

È, ainda hoje, a bandeira oprimida do Haití. E aquele que a teceu no auge de sua paixão emancipadora, se achava Jean-Jacques Dessalines, herdeiro político de Toussaint Louverture e, como este, nascido na abjeção da escravatura e elevado às mais altas posições por uma consciência precisa dos interesses de sua classe oprimida. Fez proclamar uma Ata de Independência que, descontada a ênfase idealista de uso na época, poderia ainda servir de inspiração para o atual esforço de libertação dos povos mantidos sob o jugo colonialista.

Os historiadores da burguesia francesa conluíram-se para esconder à opinião pública, as peripécias da revolução de São Domingos. Se por acaso fazem a ela uma alusão vaga, é para diminuir sua significação histórica ou para atribuir à accidental febre amarela, a derrota do corpo expedicionário napoleônico. Nenhum deles ousou colocá-la dentro de suas reais perspectivas pois, se sua proibidade a isso se resignasse, teriam que evidenciar aos olhos de seus leitores o destino que espera inapelavelmente um sistema fundado sobre tôdas as formas de injustiça. E, o disfarce desta últi-

ma, sob as côres de missão civilizadora, tornar-se-ia uma "sucuri" difícil de ser engulida pelas pessoas honestas. Daí, esta ordem de silêncio que, diga-se de passagem como se pode julgar depois de acontecimentos atuais, não impediu que povos oprimidos, com promissórias vencidas, batessem cada vez! mais forte às portas da falida impostura colonialista. A crônica desta longa guerra haitiana fornece uma rica matéria histórica, uma gesta humana que, desde então, juntou com seu valor de honestidade e lágrimas as raízes legendárias que frutificam a vida do povo do Haiti. Este gosta de recordar, entre outras lições, a história do regimento polonês recrutado pela hegemonia européia de Napoleão e enviado a Domingos para defender os privilégios da burguesia francesa da época. Este regimento de homens brancos, no campo de batalha, recusou-se a atirar sobre os negros insurrectos, cuja justa revolta não podia ser posta em dúvida por aquêles a quem a cegueira colonialista e racista não fizera desaparecer o simples bom senso, a sadia honestidade de varão. Muitos dêsses poloneses pagaram com a vida esta façanha, então pouco admitida, de conceber a solidariedade humana, esta escola de honra do homem.

OS PRIMEIROS PASSOS DE UMA NAÇÃO

Jean-Jacques Dessalines e os outros artezãos revolucionários se dedicaram imediatamente à organização do novo Estado. Estava longe de ser uma tarefa cômoda, quer sob o ponto de vista interno, quer internacional. As outras potências colonialistas, a despeito das rivalidades que as atiravam umas contra as outras, e das quais resultara em parte o sucesso haitiano, viam com olhos torvos a criação dêste Estado negro e temerem que o caminho por êles trilhado para conquistar a independência, fôsse um exemplo pouco edificante para os povos esmagados sob o seu jogo. Assim, Dessalines teve que lutar contra os ingleses que, uma vez eliminado o rival francês, tentaram se apossar do país. Da mesma forma teve que conduzir uma campanha vitoriosa contra a parte oriental do Haiti ainda nas mãos da barbárie espanhola. No plano interno, as dificuldades foram ainda mais dramáticas.

A luta pela independência, conduzida segundo a estratégia da "terra queimada", havia devastado a prosperidade econômica do país, e seu movimento comercial, que era o orgulho dos armadores e grandes proprietários de Nanterre ou de Bordeaux, havia caído praticamente a zero. A vitalidade econômica baseava-se na escravidão e era necessário restabelecê-la nas bases de novas relações de classe, através de mão de obra daí por diante livre. Esta situação se complicou com o aparecimento no seio da nova nação, de todos os antagonismos que haviam sido relegados a um plano secundário.

rio enquanto o conflito primordial fôra entre brancos opressores de um lado, e negros e mulatos, oprimidos em gráus diferentes, de outro; e enquanto a unidade de negros e mulatos aparecia como condição necessária para a vitória. Mas êstes antagonismos, provisoriamente afastados, passaram para o primeiro plano com terrível acrimonia, logo que brancos e mulatos se encontraram face a face.

Os mulatos, produto da concubinação dos brancos com as negras, haviam adquirido na sociedade colonial, um estado de isenção nitidamente superior ao dos escravos negros, sem os colocar entretanto, num pé de completa igualdade civil e política com os brancos. Êstes aniquilados, graças unicamente à frente nacional de luta — da qual os negros foram os nervos motores — os mulatos agarraram-se à oportunidade de aumentar seus privilégios, constituindo-se em burguesia dirigente, apoderando-se da renda territorial, em prejuizo dos trabalhadores negros.

Essa nova burguesia havia pois, feito tirar pelas massas, as castanhas do fogo imperialista. Uma luta violenta se acendeu no país ainda fumegante do sangue derramado. Custou a vida de Jean-Jacques Dessalines que sua origem social, sua humanidade temperada pela escravidão, devia colocar ao lado de seus irmãos oprimidos. Morreu a 17 de outubro de 1806, vítima de uma emboscada, urdida principalmente pela trama burguesa, a qual conseguiu nêsse dia, seu 9 do Termidor.

Dessalines foi esquartejado e abandonado pelas sendas do crime. Quando caiu a noite, escura como se fôsse o luto imenso de um povo, uma pobre louca, chamada Défilée, foi recolher os restos do libertador do Haití e, às cegas, rendeu-lhe as homenagens da sepultura. . .

Com o assassinio de Dessalines, a liberdade das massas haitianas desapareceu também, sob o mesmo fogo mortífero daqueles que iriam instituir os costumes "versalhenses" como sistema de governo. Isso foi bem observado quando, um século mais tarde, os fuzileiros navais dos Estados Unidos apoderaram-se do Haití sob o pretêxto de que as complicações civis que o agitavam "constituíam uma grave ameaça à segurança do continente americano" (sic.). Na realidade, há muito temo, os dirigentes americanos alimentavam o desêjo de se apossar das riquezas nacionais do país e esperavam, para o consumir, o dia em que a burguesia haitiana, sentindo crescer os ressentimentos populares, lhes fizessem apêlo para correr em seu socôrro. Isto aconteceu numa tarde de verão de 1915.

A "elite" do Haití colocou-se ao lado do americano e o ajudou a reprimir a cólera que se apossava do povo à vista do cáqui invasor. Charlemagne Peralte, que organizou a resistência nas mon-

tanhas, foi capturado, fusilado, depois crucificado para aterrorizar os camponeses. Desde então, o Haiti é na realidade uma colônia americana. O Departamento de Estado dá gorjetas a governos cujo analfabetismo político é um dos mais escandalosos da América Latina. Desde essa data, o nível de vida do povo haitiano é um dos mais baixos do mundo. Todo movimento democrático é considerado subversivo e perseguido com rara violência. Todo esforço cultural, ou para a paz, que não desprenda odor de obscurantismo, é considerado como um atentado à segurança da família e do Estado, quando não "à ordem continental".

Esta que a si mesma intitula "elite" demonstra de tôdas as maneiras seu desprezo pelo povo, por seus costumes africanos, por seu folclore; tenta ganhar a simpatia dos visitantes estrangeiros, exibindo seu luxo, seus automóveis americanos, seus créditos bancários. Faz, de tempo em tempo, uma viagem a Paris, a fim de dourar seu braço anti-nacional com um verniz recolhido na parte européia de Strasbourg para o ocidente e, a fim de poder falar, ao voltar ao país da "civilização atlântica", como de um parente que não houvesse assassinado Beloyannis, eletrecutado Willie Mac Ghee, que não houvesse banhado de nepal as manhã claras da Coréia, nem estivesse em vias de tramar o assassinio da paz dos homens. Mas, a despeito de todos fusís que fazem aclamar o nome de Magleire (ditador do Haiti), o povo haitiano permanece estranho a este "tio atlântico". Permanece indiferente ao "uncle" este povo haitiano que algum dia se inspirará no exemplo de Toussaint Louverture, de Jean-Jacques Dessalines e de sua gloriosa luta pela independência.

Eis uma visão rápida do Haiti. Talvez ela faça sonhar menos os amantes dos idílios sob as palmeiras ao luar, talvez seja um freio a certas expartiações mas, espero que, como um cometa no céu, deixará um rastro na mente de muitos que pela sua humanidade, apesar de estarem bem longe do Haiti, padecem como seu povo a mesma opressão e lutam pelo mesmo ideal.

Futurismo, Formalismo e Realismo em Maiacovski

Adaptação e anotações de
ALFREDO GUILHERME GALIANO

Walt Whitman, o bardo da Democracia, abriu novos caminhos poéticos para a humanidade com os seus cantos humanos, livres, informais, e dirigidos como projéteis diretamente ao coração dos seus leitores admirados. Reunindo em si os valores positivos da ascensão capitalista que se opunha aos restos do feudalismo, Whitman foi o poeta da revolução industrial, o cantor dos novos processos técnicos da produção mecanizada contra o artesanato retrógrado. Colocando-se ao lado das forças progressistas do seu tempo, sua concepção filosófica coincide em muitos pontos com o atual método materialista do socialismo científico. Na sua época, a glorificação do dinamismo e do sentido horizontalmente progressista da máquina era uma atitude saudável e humana. Entretanto, a glorificação das engrenagens e roldanas desenvolvida por Marinetti, o Papa mundial do futurismo, aparece nas vésperas da Grande Guerra de 14, precisamente no período de decomposição do capitalismo, quando a máquina corre o risco de ser utilizada como arma de preparação bélica que teria na Itália uma das suas principais colaboradoras. E, na verdade, seguindo um método falso de interpretação da realidade humana e social, Marinetti, que afirmara em 1908, no seu primeiro manifesto futurista: "Queremos cantar o amor ao perigo, o hábito à energia e à temeridade. O valor, a audácia, a rebelião, serão elementos essenciais de nossa poesia. A imobilidade pensativa, o êxtase, a contemplação e o sonho, têm sido até hoje glorificados pela literatura. Nós queremos exaltar o movimento agressivo, o passo atlético, a bofetada e o sôco. Queremos nos libertar da pastosa gangrena dos professores, arqueólogos, guias e antiquários. De pé, no cume do mundo, mais uma vez lançamos nosso repto às estrelas!", colocava-se, já em 1913,

decididamente ao lado do imperialismo guerreiro, propondo no seu programa de política futurista:

“ . . . A palavra Itália deve estar acima da palavra Liberdade.

“ . . . Queremos uma frota e um exército mais poderosos. A guerra é a única higiene do mundo e dela depende a grandeza agrícola, industrial e comercial da Itália.

“ . . . Faz falta uma política cinica no exterior, maquiavélica, agressiva. Uma política de ampliação colonial. . . anti-socialista!”

Essa declaração feita depois de vários anos de existência da escola futurista, demonstra perfeitamente a evolução do movimento na Itália. A rebelião contra o academicismo degenerou em apóio ao imperialismo. As pesquisas formais acabaram por ser apenas uma experiência sem conteúdo revolucionário e passaram a ter um conteúdo nocivo ao desenvolvimento social. O formalismo futurista deixou de ser uma investigação saudavel de novas possibilidades de manifestação artística, e, por falta de um justo conteúdo humano, acabou por castrar o movimento e deforma-lo numa corrente anti-social.

Por outro lado, a análise do futurismo russo tem sido dificultada pela absurda tese do paralelismo com o futurismo italiano. A escola italiana nasceu em condições econômicas e sociais completamente diferentes das que determinaram o aparecimento do movimento russo.

O futurismo Italiano definiu-se como o pensamento ideológico da intelectualidade a serviço da grande burguesia industrial e financeira da Itália. O movimento de renovação artística da Rússia surgiu na época do ascenso da revolução proletária. Enquanto o czar assassinava e lançava à matança imperialista milhares de pessoas, o povo russo gestava a revolução socialista de Outubro. O vasto movimento revolucionário contava com teóricos marxistas da envergadura de um Lênin, de um Stálin, e de um grupo de popularizadores de alto nível filosófico. Se os entusiastas e organizadores do futurismo na Rússia souberam compreender a justeza dialética da revolução proletária, e encontraram nas lutas populares a razão da sua existência artística, utilizando as novas idéias estéticas para melhor servir o seu povo, os futuristas italianos encerravam-se em torres de marfim, entregando-se prazerosamente a masturbações intelectuais ou colocando-se diretamente a serviço da burguesia reacionária. A maturidade do desenvolvimento político e social da Rússia determinou o destino de muitos processos que em outros países tomaram caminhos opostos.

O movimento de renovação da poesia russa, influenciado por

Gorki e pelo socialismo em geral,, aceitava tôdas as formas inovadoras importadas da Europa Ocidental, mas polarizava-as com o prisma russo e adaptava-as, a outras perspectivas.

Muito antes da chegada de Marinetti a Moscou, o chamado grupo futurista russo, liderado por Klebnikov (1), David Burliuk, Kamenski, Maiacovski, Matiuchin, Kruchoni e Nisen, já se declarara completamente independente de Marinetti e sua escola. Em carta aberta, publicada no jornal diário "Nov" (2), Maiacovski esclarece públicamente sua posição a respeito da visita de Marinetti, com as seguintes palavras:

"Sob o nome de "Futuristas russos" atua o grupo unificado pelo ódio contra o passado, grupo de pessoas diferentes em temperamento a carater... Negamos tôda a influência dos futuristas italianos bem como de todo o paralelismo literário."

Em artigo intitulado "Carne também para nós", Maiacovski é peremptório:

"Foram os jornais que nos batisaram com o nome de futuristas... O futurismo é para nós, os jovens poetas, a capa vermelha do toureiro que só os touros sentem falta. (Pobres touros, comparei-os com a crítica.)

Jamais estive na Espanha, mas acredito que nenhum toureiro lembrar-se-á de agitar sua capa vermelha perante um senhor que lhe deseje um bom dia... .

A poesia de hoje é uma poesia de luta."

A presença da personalidade de Maiacovski no grupo futurista russo determinou o carater e a plataforma político-revolucionária do movimento estético. A revolução soviética completou o resto.

Maiacovski exigia a compreensão dialética da história da estética.

"Odeio tudo o que é moribundo, adoro tudo o que é vivente. Não sou, de modo algum, por uma dialética sem objetivos. Explico o processo da criação e discrimino as causas da influência dos escritores na vida."

(1) — Wladimir Klebnikov — poeta precursor das renovações estéticas da poesia rusa; exerceu enorme influência nas pesquisas formais de Kamanski, Burliuk e Maiacoski, do qual foi amigo e mestre.

(2) — Carta publicada no período «Nov» do dia 26 de janeiro de 1914. Na conferência que Marinetti realizou na Sociedade de Estética Livre de Moscou, no dia 13 de fevereiro de 1914, Maiacovski e Burliuk organizaram tumultuosa oposição ao conferencista.

Sua posição perante a herança literária nacional diferia da que os futuristas mantinham: para eles o aspecto formal era o fundamental. Enquanto seus companheiros escravizavam-se à palavra, Maiacovski submetia-a a sua vontade transformando-a, moldando-a, subjugando-a às suas necessidades. O formalismo puro interessava-o apenas como um instrumento, um caminho, jamais um objetivo.

Maiacovski utilizou a nova estética formal do futurismo não para ser um original excêntrico, mas para cantar melhor a vida de sua época, o povo russo e a Revolução. Este, sim, o objetivo da sua poética. E para atingir os seus propósitos viveu intensamente os fatos, afogou-se conscientemente na realidade social. Os formalistas que cantassem a rebelião das coisas, ele, Maiacovski, cantaria a rebelião dos homens:

Arrojo-me
do céu poético ao comunismo
porque sem ele

Não tenho amor. (3)

“A criação de regras poéticas não é o alvo da poesia, pois degeneraria numa escolástica que se exercitaria em criar regras para coisas inúteis ou inexistentes. Por exemplo: Por que inventar métodos para contar estrelas andando de bicicletas?” (4)

Ao esqueleto formal do futurismo, Maiacovski acrescentou músculos e sangue, além de um imenso coração vermelho. Sua obra transpira a vida sadia, o valor da revolução socialista, o povo soviético.

150.000.000 falam por meus lábios
O ritmo
é a bala.
A rima,
o fogo saltando de edifício em edifício.

150.000.000 falam or meus lábios

A rotativa dos passos
no pavimento das praças
imprimiu este livro. (5)

(3) — Do poema «Para casa!»

(4) — Do artigo teórico de Maiacovski, «Como fazer Versos», que Fundamentos publicará nos seus próximos números.

(5) — Do poema 150.000.000, escrito em 1919-1920, no período mais difícil da jovem República Soviética.

JOSUÊ DE CASTRO, A PAZ

e as tradições de nossa ciência

A ciência brasileira sempre teve um caráter eminentemente humanista. Desde Alexandre Rodrigues Ferreira, José Bonifácio de Andrade e Silva, Oswaldo Cruz, Pereira Barreto e tantos outros, o desenvolvimento de nossa ciência vem acompanhando uma linha humanista, tomando as mais ricas tradições da ciência universal e enriquecendo-a com contribuições novas. Dessa linha de desenvolvimento surgiu, contemporaneamente, o professor Josué de Castro, nome que está ligado a trabalhos de real importância no terreno da alimentação e a campanhas de interesse coletivo. Iniciando há anos sua carreira científica, Josué de Castro, como muito bem acentuou Jorge Amado escreveu obras que "levaram aos mais diferentes países o nome do Brasil e deram uma medida da importância da cultura brasileira, da força dos homens de pensamento de nossa pátria e de sua capacidade de Justiça". Publicando, em 1934, o seu livro "O Problema da Alimentação no Brasil", Josué de Castro já se mostrava um homem preocupado com os problemas sociais de nossa pátria. Essa preocupação levou-o a realizar, em 1935, uma pesquisa sobre "As Condições das Classes Operárias no Recife", trabalho que ainda é considerado modelar pelos especialistas e no qual denunciava a situação de miséria em que vive nosso povo. Continuando sua série de pesquisas sobre alimentação pública, em 1936 outro trabalho: "Alimentação e Raça", lançando, no ano seguinte, mais uma contribuição ao estudo da alimentação, intitulada "A Alimentação Brasileira à Luz da Geografia Humana". Finalmente Josué de Castro lança os dois livros que deram projeção internacional ao seu nome: "Geografia da Fome" e "Geopolítica da Fome".

Por todo este labor científico, Josué de Castro é reconhecido atualmente como um dos maiores nutricionistas do mundo, sendo escolhido para dirigir a F.A.O. Seus livros foram traduzidos em diversas línguas e sua obra é considerada, no momento, uma das mais importantes.

Profundamente interessado com os destinos da humanidade, lutando sempre para que a ciência se conserve a serviço do melhoramento social do homem, Josué de Castro transformou-se em um ativo defensor da Paz e do entendimento entre os povos. Reconhecendo a importância de suas atividades como cientista e cidadão, o Conselho Mundial da Paz contemplou-o com o honroso "Prêmio Internacional da Paz", fato que honra nossos homens de cultura e a todo o povo brasileiro, pois é o reconhecimento de um organismo que representa a vontade organizada de milhões de homens e mulheres de tôdas as partes do mundo.

Referindo-se à importância do prêmio, o autor de "Geopolítica da Fome" declarou à jornalista francesa Dominiqui Dessanti: "Existe apenas uma paz e uma guerra. Ambas dizem respeito a todos os povos do nosso planeta. No momento histórico que atravessamos, é preciso que escolhamos, depressa e de maneira definitiva e demonstremos se preferimos a paz ou a guerra. Em minha opinião, todos os que trabalham no interesse da humanidade, isto é, todos os sábios e todos os criadores, não podem sentir qualquer hesitação em escolher a paz".

Prosseguindo em suas declarações, afirmou Josué de Castro: "Em minha opinião, um homem de ciência não tem o direito de se abster de participar de um movimento essencial que busca estabilizar a paz, isto é, criar um clima indispensável a que as descobertas da ciência possam ser aplicadas à sociedade e, também, para que a humanidade tenha ascenso, finalmente, à época da abundância que somente a ciência juntamente com a paz pode proporcionar".

Referindo-se ao prêmio que lhe foi conferido, afirmou o cientista: "Sinto-me profundamente comovido por êste alto reconhecimento atribuído à minha modesta pessoa e à minha obra. Julgo êste prêmio concedido não a mim, mas ao Brasil, e tudo aquilo que honra a minha pátria, me faz sumamente feliz. Sinto-me também muito satisfeito de encontrar-me em tão alta companhia entre as várias personalidades que, como eu, receberam o prêmio, como o grande Eduardo Herriot, Presidente da Câmara Francesa, um dos mais eminentes estadistas de nosso tempo, o artista Charles Chaplin, o pintor Picasso, o poeta Paul Eluard, o cientista Juliot-Curie".

Josué de Castro, após receber o importantíssimo prêmio, regressou ao Brasil onde foi alvo de significativas homenagens das mais altas figuras da cultura nacional e do povo no seu conjunto. Expressava-se, assim, publicamente, o agradecimento àquele cientista que tão bem soube compreender a função da ciência, colocando-a ao lado da paz e do entendimento pacífico. Por tôdas as formas

Josué de Castro sentiu o reconhecimento do povo que via nêles um representante da verdadeira ciência nacional, herdeiro de tudo o que tivemos no passado.

Contra o seu nome, no entanto, os inimigos da paz teceram uma teia de intrigas, que culminou com a provocação do senhor Carlos Lacerda opondo-se na Câmara Federal a que se registrasse um voto de congratulações por haver Josué de Castro recebido o Prêmio Internacional da Paz. A provocação grosseira do conhecido agente guerreiro caiu no vazio e serviu, pelo contrário, para uma homenagem de desagravo à qual compareceu o que de melhor existe em nosso país, todos reprovando aquela atitude provocadora. É uma prova de que os agentes da guerra ainda não ensarilharam armas, o que obriga a todos os que lutam pela paz a uma atitude vigilante e atuante.

Derrotada a provocação de típico estilo policial, surgiu uma outra mais sutil, partida do físico Cesar Lattes que, numa entrevista concedida recentemente, procurou denegrir a obra científica de Josué de Castro numa atitude incompreensível e lamentável. De qualquer forma, as declarações de Cesar Lattes, feitas no momento e da maneira como foram, servem aos inimigos da paz, são armas desses inimigos e caldo de cultura para futuras investidas. Derrotada a provocação inicial, procuram agora, usando homens vinculados ao nosso meio científico, criar um ambiente de negação à obra de Josué de Castro.

A atividade de Josué de Castro, no entanto, como homem de ciência e partidário da paz, longe de diminuir, com isso, revigora-se cada vez mais. Todos nós sabemos que a consolidação da paz é o anseio imediato de todos os povos, e nenhum homem de cultura poderá ficar alheio ao mesmo, pois como afirmou Josué de Castro: "Não há nada mais nobre do que lutar pela Paz".

VIDA MÉDICA

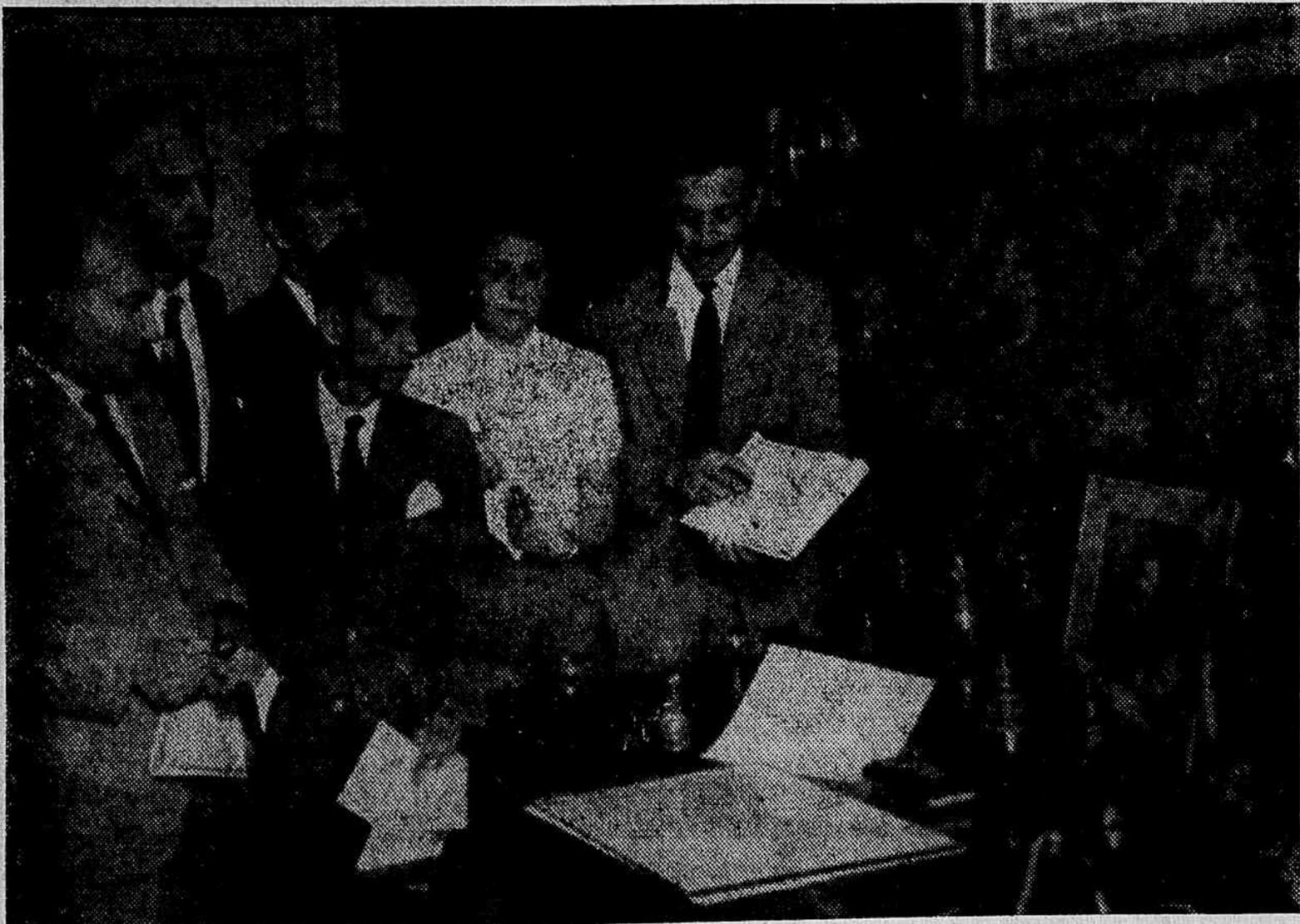
DR. J. M. TAQUES BITTENCOURT

DIA DE LUTO E DE PROTESTO NA ARGENTINA

O dia 3 de agosto foi um dia de luto e protesto na Argentina; dia de luta da classe médica e dos intelectuais, contra as arbitrariedades policiais, as torturas, as sevícias, a desobediência aos princípios de humanidade e aos preceitos constitucionais. A Confederação Médica Argentina, que congrega 10.000 membros, decretou a greve geral no dia de hoje, como protesto ao assassinato do médico Juan Ingalinella pela polícia política da cidade de Rosário.

Historiemos o fato. Na tarde do dia 17 de junho — relatam os Drs. Arturo Frondizi, presidente do Comitê Nacional do Partido Radical, e Rodolfo Weidman, deputado nacional — guardas da polícia, detiveram o Dr. Ingalinella, em sua residência, prendendo ao mesmo tempo seu cunhado,

Juan Ingalinella, quando de sua visita à União Soviética, na casa de Pavlov juntamente com delegados brasileiros.



Joaquim Trumper. Nas primeiras horas do dia 18, o Dr. Ingalinella foi levado à sala de inquirição da Ordem Social e Política onde foi barbaramente torturado pelos policiais Domingo Desimone, Felix Monzon e Ricardo Rey, sob a responsabilidade direta do chefe de polícia, Francisco Lozon. Desde esse dia, não se teve mais notícias de Ingalinella.

O desaparecimento do médico, que gozava de grandes simpatias por parte da população, originou um movimento que, iniciado na Seção 18, ampliou-se à toda a cidade e à todas as camadas sociais e profissionais. O movimento para o aparecimento do Dr. Ingalinella ampliou-se rapidamente a todo o país, transbordando mesmo para os países da América Latina e à Europa.

O Partido Radical — segunda agremiação política da Argentina em número de deputados — resolveu fazer uma investigação por conta própria e uma «Comissão pela Abolição da Tortura» foi constituída sob a presidência dos ex-professores da Faculdade de Medicina de Buenos Aires, Alexandre Ceballos e Bernardo Houssav; este último, prêmio Nobel de Biologia. Em consequência da investigação efetuada, veio saber-se que o Dr. Ingalinella fôra assassinado e seu corpo atirado ao rio Paraná. Seu advogado, Dr. Santiago Kehoe, que pretendeu defender seu cliente, foi também seviciado. Descobriu-se, enfim, que outros prêsos políticos tinham sido submetidos a tortura em Rosário, como ocorreu com Francisco Marciere, Virgílio Ottone, Vidal Tomasello, Joaquim Trumper, Manuel Sacoter, Victor Hugo Riskin, Primo Scarponi, Santiago Simon, Luiz Libório Trella e Heitor Rolando Palma.

Estes fatos tremendos, abalaram a opinião pública argentina. As classes liberais tomaram posição ao lado do setor mais esclrecido do proletariado, protestando contra a barbárie policial e o assassinio do Dr. Juan Ingalinella.

Tive o prazer de conhecer Ingalinella e com êle privar durante o Primeiro Congresso Médico Mundial para o Estudo das atuais Condições de Vida, que se realizou em Viena, em 1953. A esse Congresso compareceu pequena delegação de médicos argentinos que, com enormes dificuldades — já que o govêrno havia negado passaporte — poudes trazer sua contribuição ao magnífico conclave, onde compareceram colegas de 36 países e onde foram estudadas as relações existentes entre as condições de vida nos diversos países e a saúde de seus povos. Entre os componentes da delegação argentina, o Dr. Ingalinella destacava-se pelo seu bom humor, sua vivacidade e alegria. De pequena estatura, bem encorpado e ostentando reluzente calva, o Dr. Ingalinella sobresaía pela vitalidade e atividade que demonstrou, não só no congresso, como durante a visita que, parte da delegação brasileira e a delegação argentina fizeram juntas à União Soviética. E durante quase trinta dias, diariamente, percorrendo os serviços de saúde desse grande país, assim como conhecendo a riqueza artística e cultural do povo soviético, convivemos com este médico, que se fez querido de todos nós e que agora foi barbaramente assassinado pela polícia política de Rosário, por defender, como sempre o fez, a saúde, a vida e a liberdade do povo de sua pátria.

Este assassinio sob torturas, perpetrado por policiais, só se torna possível em ambiente de inconstitucionalidade, de arbitrariedade de govêrno, de ditadura terrorista. Ele nos lembra o período negro do «Estado Novo», quando a classe operária e os intelectuais democráticos brasileiros foram seviciados e torturados. Esse clima de inconstitucionalidade, de completa impunidade dos elementos sadistas policiais, protegidos pela ditadura, que sofremos com o «Estado Novo», podemos novamente vir a sofrer, si a camada mais reacionária da burguesia e os generais fascistas, puderem per-

petrar o golpe que vem arquitetando e cujo primeiro passo vimos com o fechamento da U.G.T.

Chamamos a atenção dos médicos brasileiros, de toda a intelectualidade nacional, para o perigo que estamos correndo e lembramos que todos nós, profissionais liberais, temos o dever de, unidos com o operariado e o povo em geral, lutar — como está lutando hoje a classe médica argentina — para que o clima de legalidade e constitucionalidade perdure e se amplie entre nós. Dessa forma ativa é que devemos prestar nossa homenagem ao colega Ingalinella, denodado lutador pela liberdade e felicidade do povo argentino, hipotecar nossa solidariedade à classe médica argentina e protestar contra a barbárie policial. Ao colega Ingalinella, ao companheiro caído na frente de luta pela felicidade e liberdade do povo, ao bom, alegre e querido amigo, rendemos o preito de nossa saudade.

O MÉDICO FRENTE A GUERRA DE DESTRUIÇÃO TOTAL

Em meados do ano passado, o Dr. Claude Levy defendeu, na Faculdade de Medicina de Paris, tese dedicada a um tema de grande atualidade: «A guerra biológica. Os limites da responsabilidade moral e penal do médico na sua preparação e execução». Esta tese é uma importante contribuição à elaboração de um direito médico internacional.

A primeira metade da tese é dedicada à documentação sobre a guerra biológica. O médico não pode mais ignorar a realidade deste problema: a guerra total que é preparada intensamente; a guerra A. B. Q. — atômica, biológica, química. Nesta guerra total ao lado da arma atômica, é utilizada, também, a arma biológica. Não somente os físicos estão relacionados diretamente com o novo tipo de guerra. Também o médico e o bacteriologista: quer na sua preparação, quer nas práticas dos eventuais meios de defesa. Não só os físicos têm responsabilidades frente a humanidade na preparação dessa nova guerra de destruição total e a sentem, a ponto de caírem em grave crise de consciência. Também os médicos estão relacionados com ela e da mesma forma devem se sentir responsáveis perante o mundo.

O autor passa em revista os casos conhecidos de utilização da arma biológica: 1) pelo General Amherst, em 1763, contra os indianos; 2) pelos alemães, na Galícia, em 1915; 3) o processo de Nuremberg, contra os médicos nazistas, criminosos de guerra; 4) o processo de Khabarovsk contra os médicos militares japoneses, confessos no preparo do emprêgo da arma biológica; 5) a guerra microbiana desencadeada, a partir de janeiro de 1951, pelas forças armadas norte-americanas contra a Coréia do Norte e o Noroeste da China, conforme documentos da Comissão Científica Internacional, que investigou os fatos.

Em seguida o autor refere-se aos preparativos atuais da guerra biológica, utilizando-se dos relatórios de G. W. Merck e Rosebury-Kabat. Estuda os diversos agentes patogênicos, analisando sua ação: botridium, botulinum, bacilos antracis, pasterreia tularensis, virus psitacósico, brucellae, bacilo de Yersin, bacilo de Withmore, etc. Assinala as técnicas de disseminação: pelo ar, por meio de aviões ou por engenhos de guerra: bombas e recipientes diversos, por sabotadores agindo em território inimigo. Analisa discussões

havidas em certos meios científicos sôbre a vantagem da guerra biológica, que concluíram pela sua utilização.

A segunda parte da tese é dedicada à responsabilidade moral e penal do médico que pode ser chamado a prestar sua colaboração ao preparo e execução desta forma de destruição em massa. Relata a condenação formal e explícita da guerra biológica pelas convenções de Haia de 1907 e de Genebra de 1925. O protocolo desta última conferência, condenando a guerra biológica, foi ratificada por 38 nações, deixando de fazê-lo, porém, duas grandes nações: os Estados Unidos e o Japão.

A finalidade da medicina é preservar e salvaguardar a vida e saúde. Quando o médico acede em trabalhar no preparo da guerra biológica, está agindo frontalmente contra os mandamentos de Hipócrates, as declarações da Associação Médica Mundial e as Conclusões do Congresso Internacional de Microbiologia. A guerra biológica é crime de guerra e crime contra a humanidade e a preparação desta guerra é condenável sob qualquer título.

O médico que não quizer tornar-se cúmplice desses crimes pode, porém, vir a ser submetido a pressão por parte do Estado ou da Administração Pública, que solicita e mesmo exige sua participação na guerra criminosa. O problema torna-se grave, porque, se o médico recusa trabalhar no preparo da guerra biológica pode se expor a medidas repressivas do Estado, e si cede, comete ato criminoso, podendo vir a sofrer sanções das Côrtes Internacionais. Acha-se o médico num conflito entre a ética e o poder do Estado. Não existe, ainda, nenhuma legislação nacional ou internacional sôbre o assunto. O autor apresenta como solução o papel cívico do médico, sua participação na defesa da civilização. E conclui «quanto ao problema do médico frente a guerra biológica, êste dever cívico seria de denunciar duma tal emprêsa, particularmente aos seus colegas, ao corpo médico, e obter das autoridades das quais depende, as garantias e medidas necessárias a assegurar o respeito a seu trabalho e sua não utilização para fins criminosos. E, ainda melhor, de tudo fazer para evitar esta terrível ameaça».

Em conjunto com os físicos, os químicos e tôdos os profissionais imbuidos de espírito humanitário, devem os médicos tomar posição contra a calamitosa forma de guerra total, que, si empregada, viria destruir grande parte das conquistas já obtidas pela ciência. É precisamente na mão dos cientistas e dos intelectuais em geral e dos médicos em particular, que repousa a esperança das gerações futuras. Não trabalhar para uma tal guerra, mas sim impedi-la.

Balada ao bom camarada

MARTINS FONTES

Do livro "Sombra, Silêncio e Sonho" — 1933

Tu, sim! tu, só! foste um Heroe!
Tua alma branca de criança
da dôr alheia se condoe,
E em luta impávida se lança,
E a penitência não te cansa,
Semeando a idéia, ao Deus dará.
O Cavaleiro da Esperança,
Quem nada quiz, tudo terá.

Nenhum remorso te corroe,
De nenhum mal guardas lembrança,
És puro e belo, como sóe
Ser Jean Jaurés na velha França.
E pelo ideal, erguendo a lança,
Vaes da Argentina ao Gran-Pará.
Ó Cavaleiro da Esperança,
Quem nada quis, tudo terá.

Contra a doutrina de Monroe,
Ou contra a Triplice-Aliança,
És como o fogo, que destroe,
mas purifica a transmutança.
Finda a queimada, sem tardança,
A seara ao sol abrolhará.
Ó Cavaleiro da Esperança,
Quem nada quis, tudo terá.

Oferta:

Em tua estátua, à semelhança
Da de meu Pai, se esculpirá:
Ó Cavaleiro da Esperança,
Quem nada quis, tudo terá.

teatro

PANORAMA EM S. PAULO

Ao olharmos para trás, depois dos seis primeiros meses da temporada teatral em São Paulo, não podemos deixar de fazê-lo com certa satisfação e maior confiança no futuro da arte cênica no Brasil. Tivemos nesta temporada mais uma prova de que, apesar de todas as dificuldades econômicas e da absoluta falta de auxílio governamental, as nossas companhias têm se esforçado por melhorar sempre o nível de seus repertórios e encenações.

Assim:

Para o "Teatro Maria Della Costa", Sandro Polonio organizou, com auxílio de seu diretor artístico Gianni Ratto, um repertório eclético, difícil e corajoso, para o que foi necessário reunir em torno da talentosa Maria, atores experimentados e inteligentes, banindo assim de sua companhia o pernicioso "estrelismo" do nosso velho teatro.

Depois da soberba encenação de "O Canto da Cotovia", em que Maria Della Costa mostrou aos paulistas e cariocas a plenitude do seu talento, tivemos: "COM A PULGA ATRÁS DA ORELHA" um original de Feydeau que só uma troupe disciplinada e homogênea poderia montar com tanta felicidade:

"A MORATÓRIA" — com a qual, além da excelente direção de Gianni Ratto e a magnífica interpretação de Fernanda Montenegro, tivemos a revelação de um novo autor nacional: Jorge Andrade. O grande mérito deste jovem ator é, a nosso ver, o fato de, ao contrário da maioria dos nossos escritores de teatro que imprimem às suas obras um tom

cosmopolita, usar uma linguagem bem nacional. É pena porém que, ao procurar um dos temas mais importantes do nosso desenvolvimento, tenha-o feito por um caminho estreito, abordando o assunto por um prisma de somenos importância. São a forma e a construção da peça que nos permitem ver em Jorge Andrade um elemento que irá contribuir para a solidificação da ainda embrionária literatura teatral brasileira.

MIRANDOLINA de Goldoni, tem agradado ao público, pela oportunidade que oferece a Maria Della Costa de mostrar a sua beleza e talento, ao lado dos ótimos atores como o são Fernando Montenegro, Sergio Brito, Wanda Kosmo, etc.

Sandro Polonio anuncia ainda para breve a encenação de um original de Shakespeare, devendo a companhia embarcar depois para a Europa onde vai mostrar o bom teatro que já se faz no Brasil.

O Teatro Brasileiro de Comédia nos deu dois espetáculos até agora: SANTA MARTA FABRIL S/A e VOLPONE.

A primeira nos mostra um Abilio Pereira de Almeida titubente, procurando um caminho que não consegue encontrar: criticar a burguesia paulista, isto é a alta sociedade de São Paulo. Sabemos que era esta a sua intenção porque o declarou em entrevistas pela televisão, mas não porque houvesse ficado claro na peça. O seu trabalho peca pela falta de ligação entre uma série de problemas mal abordados. O autor ouve cantar o galo mas não sabe bem onde, quando, no terceiro ato, coloca

em cena uma personagem com falsas noções progressistas, citando Burnham que nada mais é do que um representante de teorias reacionárias. A direção e a representação, porém, em nada desmereceram o nível que já alcançou o T. B. C.

VOLPONE, original de Benjamin Jonson em adaptação de Zweig, representa mais um grande esforço do Teatro Brasileiro de Comédia, para o qual, porém, os seus jovens atores não conseguiu mesmo assim, ardentemente foi grande, mas o resultado foi fraco. A equipe masculina, embora bem mais forte que a feminina, não conseguiu mesmo assim arrancar com as exigências dos papéis; é natural que atores tão jovens não tenham tido tempo ainda de adquirir qualidades histriônicas e experiência bastante para papéis tão difíceis. Demasiadamente preocupados com a composição das figuras, caem várias vezes em exageros, com prejuízo da declamação e do texto. Repetimos, entretanto, que a encenação de **VOLPONE** representou um grande esforço.

No campo da experimentação corajosa, não podemos deixar de citar o **TEATRO** de **ARENA**. O grupo dirigido por José Renato teve há pouco tempo todo o seu elenco renovado, adquirindo promissores ele-

mentos jovens como Itali Rossi e Jorge Fischer Jr. Embora sem alcançar ainda a estilização requerida por um teatro deste gênero, a experiência tem progredido, chegando a ótimos resultados, como acontece em "**O PRAZER DA HONESTIDADE**" de Pirandello.

Do Rio de Janeiro, recebemos as visitas de Silveira Sampaio, Bibi Ferreira e Dercy Gonçalves.

Sampaio, sempre o mesmo Sampaio, nos fez ainda rir com **S. EX.**, em 26 **POSES**.

Bibi Ferreira a atriz e diretora de tanto talento estiolado em um repertório fraco e comercial, - lamentada por todos quantos viam nela uma das grandes figuras da nossa arte cênica.

Dercy Gonçalves, figura central de uma trupe latimavelmente fraca, continua a atrair o público ao Pequeno Auditório do Cultura que aflui para vê-la desmantelar textos que, se fossem bem representados, poderiam render alguma coisa.

Assim, São Paulo viu desfilar uma série de espetáculos que, embora com falhas grandes e pequenas, manteve-se sempre num nível de boa representação teatral e de evidente progresso.

Yeda da Silva.



Notas e Notícias

CONDENADO INJUSTAMENTE O DIRETOR DE «NOTÍCIAS DE

HOJE» — Mais uma vez foi golpeada a liberdade de imprensa e a livre manifestação do pensamento (o que vale dizer a Constituição) com a condenação do jornalista José Albuquerque de Carvalho, diretor do jornal «Notícias de Hoje». O processo que o condenou — o que torna mais injusta a condenação — já estava prescrito, de acôrdo com o artigo 52 da Lei da Imprensa. Apesar da flagrante ilegalidade da farsa judiciária, o promotor público, depois de uma catilinária contra o jornalista, pediu sua condenação. O juri manifestou-se pela culpabilidade, sendo José Albuquerque de Carvalho condenado à pena de um mês de reclusão e à multa de doze mil cruzeiros.

O advogado Raimundo Pascoal Barbosa, em brilhante defesa, mostrou que o processo já estava prescrito e, repelindo as aleivosias do promotor, apontou aquilo que tôda a opinião pública sente em suas carnes: a desastrosa política do governo que nos levou à assinatura do acôrdo militar Brasil-Estados Unidos e, em seguida, à obrigação contraída pelo nosso país de adquirir 60 milhões de dólares em armamentos, quando o país necessita urgentemente renovar o seu parque industrial e modernizar sua agricultura. Mostrou o problema do petróleo e destacou a posição entreguista de Juarez Távora. Dissê que «Notícias de Hoje» luta pela Paz e que a lei condena os que pregam a guerra. Afirmou que aquele órgão sempre tomou a defesa da Consti-

tuição, manifestou-se corajosamente contra as tentativas golpistas e foi sempre um defensor intransigente dos direitos dos trabalhadores. Após sua oração, foram encerrados os debates. Verificou-se, em seguida, a sentença condenatória. O advogado Raimundo Pascoal Barbosa, não se conformando com a injustiça da decisão do Tribunal de Imprensa, apellou da sentença.

MUSEU MÁRIO DE ANDRADE
— A Comissão de Literatura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura, por proposta do poeta Joaquim Pinto Nazario, estuda presentemente a criação do Museu Mário de Andrade que terá como finalidade principal reunir todo o material que o autor de «Macunaima» deixou, conservado atualmente na casa onde foi sua residência, na rua Lopes Chaves: manuscritos, cartas, livros, objetos de arte, instrumentos, etc. O Museu destina-se, ainda, a fazer um levantamento geral de toda a bibliografia referente a Mário de Andrade, atualmente espalhada, atualizando-a permanentemente. Outro objetivo do Museu será coligir tôdas as cartas do conhecido escritor (originais ou cópias) dispersas atualmente pelo território nacional. Será, assim, a casa de Mário de Andrade, um local de estudo para aqueles que se interessam pela vida e a obra de quem representou, de uma certa forma, mais concentradamente, os elementos que formaram a chamada corrente «modernista» em São Paulo. A personalidade de Mário de Andrade poderá, desta forma, ser com-

preendida e estudada com muito mais facilidade e o modernismo compreendido com mais profundidade pelos jovens escritores e estudiosos que estão chegando para a literatura. Com a presente medida, o escritor João Acioli, secretário de Cultura da Prefeitura, presta uma homenagem ao poeta de «Paulicéia Desvairada» no ano em que se comemora o denenário de sua morte e realiza, incontestavelmente, um serviço à cultura paulista. Os estudos já foram iniciados e brevemente será uma realidade o «Museu Mário de Andrade».

MARTINS FONTES — Transcorreu, no dia 23 de junho, o 71.º aniversário do nascimento do poeta Martins Fontes, uma das personalidades mais simpáticas e humanas das letras paulistas. Poeta que cantou sobretudo a vida em todas as suas manifestações, homem que via para o nosso país um futuro otimista, confiando na força criadora do povo, o poeta santista, por isso mesmo, deixou atrás de si um grande lastro de simpatia. Sensibilidade das mais finas, Martins Fontes foi evocado de várias formas nesse aniversário que passou por inúmeros dos seus antigos companheiros, amigos e admiradores. Santos — berço do poeta — comemorou a data com programa de rádio e conferências alusivas à vida e à obra de Martins Fontes. «Fundamentos», embora tardiamente, associa-se às comemorações, publicando no presente número um dos seus poemas menos conhecidos.

PARQUE INFANTIL «GRACILIANO RAMOS»

— Um dos parques infantís de São Paulo, passou a chamar-se «Graciliano Ramos», em homenagem ao grande homem e grande escritor que foi o autor de «Vidas Sêcas». A idéia partiu do poeta Joaquim Pinto Nazario, tendo sido aprovada pelo ex-Prefeito William Salém.

O PROBLEMA DO LIVRO, MAIS

UMA VEZ — Dentro de poucos dias, patrocinada pela Secretaria da Educação e Cultura da Prefeitura, será realizada uma série de conferências sobre o problema do livro que contará com a participação de inúmeros escritores e personalidades interessadas no momentoso problema. A abertura da série estará a cargo do próprio secretário, João Acioli, que abordará o tema: «A Função do Livro». Prosseguindo, serão realizadas as seguintes palestras: «O Autor e o Livro», a cargo de Lucia Miguel Pereira; «A Juventude e o Livro», por Paulo Ronai; «Livreiros e Editores no Brasil», por Francisco Assis Barbosa; «O Livro Didático», por Enio Guazelli; «A História Secreta do Livro», por Mário da Silva Brito; «A Indústria do Livro», por Nelson Palma Travassos; «A Publicidade e o Livro», por Origenes Lessa, e «O Livro Infantil», por Cecília Meireles. As conferências serão realizadas no Auditório Municipal, esperando-se completo êxito em face da atualidade do tema e importância dos conferencistas.

LIVROS E REVISTAS

ELES POSSUIRÃO A TERRA —

José Ortiz Monteiro. — São Paulo, 1955. — O romance de estréia de José Ortiz Monteiro aborda um dos problemas mais importantes dos nossos dias: a unidade operário camponesa, tema que é, de fato, o centro narrativo, dramático e político do livro. Aproveitando sua longa experiência de homem ligado aos problemas do campo e conhecedor de muitos deles, o A. vestiu essa experiência com uma roupagem artística, realizando um romance que, como bem diz Jorge Amado abrindo o livro, «vai ajudar a luta dos camponeses brasileiros para libertarem-se da miserável situação em que vivem». Aproveitando a farta documentação que as lutas dos camponeses e operários paulistas proporcionaram, Ortiz Monteiro pôde montar, em pouco mais de trezentas páginas, uma história simples e humana, cujo centro é um camponês que, expulso das terras do taturá para quem trabalhava, resolve vir para a Capital paulistana onde toma contato com toda uma galeria de heróis como o tecelão Antônio Moura, o advogado Mendonça e inúmeros mais, todos empenhados em lutar por melhores condições de vida para os trabalhadores. Compreendendo a importância da luta, Aleixo (é este o nome do personagem) começa a raciocinar sobre as origens das injustiças no campo e, depois de participar do grande movimento grevista de São Paulo, regressa à região de onde viera a fim de organizar seus companheiros explorados. Mostra,

então, aos demais, a necessidade de união e luta para que possam conquistar uma vida mais feliz.

O livro é feito em uma linguagem simples e acessível, o que facilitará sua leitura pelos homens do campo e por âmplos setores do nosso povo. O A. dá, muitas vezes, um tratamento satírico à história (como é o exemplo da cena do Delegado de Polícia e a andorinha), outras vezes rocura com a solução dramática prender a atenção do leitor como no episódio da greve, no Largo da Sé. Sem retórica, com uma linguagem, como já dissemos, simples e fácil, realizou o A. um trabalho que terá o seu papel no esclarecimento dos trabalhadores das cidades e do campo. — C.M.

BOM JESUS DO PONTAL — Eli

Brasiliense — Livraria Martins Editora — s/d. — Goiás, que tem uma literatura muito característica e rica, dando-nos, de vez em quando, trabalhos de interesse ponderável para o desenvolvimento da nossa novelística, contribui, agora, com mais este romance de Eli Brasiliense, conhecido do público através do seu primeiro livro «Pium», trabalho que obteve grande receptividade por parte dos leitores e da crítica. Volta, agora, o A. com um romance histórico, no qual nos conta a destruição da vila de Bom Jesus do Pontal pelos índios, fato ocorrido no início do século XVIII.

Aproveitando este acontecimento histórico, o A. tenta nos mostrar as condições sociais imperantes no tempo, através de personagens como o coronel Martins, Pedro Piloto, o preto Inocêncio, etc. Mostra, por outro lado, a vida de homens que lutavam contra a situação de miséria e atraso da região. Quincas, que vivia de léu em léu até que regressou à vila, é um personagem típico neste sentido. Pena que o A. não tenha dado ao mesmo um tratamento mais profundo, deixando-o meio diluído, perdido na tessitura do livro como meio acessório para realizar o seu romance. Aliás, Elí Brasiliense necessita de um trabalho mais sério de elaboração para que os seus livros não tenham certos aspectos de exercício, ganhem um nível e uma dimensão mais extensa e profunda. A destruição da vila, parece-nos, embora sendo o ponto de máxima tensão dramática procurado pelo A., um pouco impressionista, faltando mais vida, mais arrojo, finalmente mais elementos de romance.

Apesar disso, o livro de Elí Brasiliense, embora tenha passado despercebido pela crítica bandeirante, é um trabalho que merece ser lido, não apenas por tratar de uma região que possui temas inesgotáveis para uma rica novelística, como porque representa um esforço sério e honesto do A. no sentido de nos dar uma visão realista de como se processaram as lutas daquela região e as causas que fizeram da mesma um tablado de contendas e rixas de grupos até os dias atuais. O latifúndio é o contraponto da obra de Elí Brasiliense e as lutas que aparecem são condicionadas, em última instância, por este elemento. C.M.

«RUA SEM SOL» — Foi recentemente publicado o livro de Orígenes Lessa «Rua Sem Sol» que se destina a alcançar idêntico êxito aos anteriores do conhecido escritor. O romancista de «O Feijão e o Sonho» confirma, no presente trabalho, suas qualidades de narrador, aproveitan-

fundamentos

do as lembranças da infância, os costumes regionais, etc. Fatos que em mãos de outro poderiam se transformar em mero assunto de crônica, nas mãos de Orígenes Lessa se transfiguram, e com aquele estilo sóbrio, claro e límpido dos seus livros anteriores, transformam-se em um romance cheio de sabor e humanidade.

O BOLETIM RUMENO, do Set

viço de Imprensa da Embaixada da República Popular da Rumânia em Buenos Aires, chegou em nossas mãos em seu n.º 32. Dêle ressaltamos uma homenagem póstuma ao grande vulto da música rumena que foi George Enescu e que "morreu longe de sua pátria, longe do seu povo que tanto amara e para o qual desejou sempre retornar". As impressões vivas de vários nomes da intelectualidade dentre eles Ion Dumitrescu, secretário da União dos Compositores da República Popular da Rumânia; Davd Oistrk, o grande violinista soviético; Pablo Casals, etc., todos esses depoimentos nos traçam um retrato belíssimo da personalidade humana e de uma grandeza moral inesquecíveis. Dumitrescu nos conta que "Enescu foi um grande patriota, um combatente pelo bem estar das massas, consciente dos grandes tesouros guardados na alma do seu povo, confiava no seu futuro e lhe aprazia poder servi-lo". Sergiu Comissiona, diretor de orquestra rumeno, nos conta de sua última entrevista com Enescu em Paris ainda neste ano: "A modestia que sempre o caracterizara revelou-se no curso da nossa conversação. Como lhe destacáramos que todos os compositores da República Popular da Rumânia fundamentam seu ensino no seu gênio, o mestre nos respondeu: Eu não sou um gênio, sou um trabalhador modesto e consciente. Suas palavras "a música deve partir do coração e falar ao coração" são um verdadeiro ato de fé. Obrigamos-nos a que a arte esteja sempre "melhor feita"

nos diz, e falando do talento o mestre se expressa nêstes termos: "Verdadeiramente a música exige talento porém 30%... os 70% restantes são de trabalho". Esta revista nos traz portanto, um retrato digno de um artista consciente, honesto em seu trabalho humano em sua alma singela. Suas próprias palavras completam tuço: "Desejo que pelo meu canto se unam os homens melhores e os que mais amam a paz".

Um artigo sôbre a comemoração na Rumânia, do dia da Radiofonia, nos mostra como naquele país a radiodifusão se tornou um meio eficaz na elevação do nível cultural das massas com a irradiação das experiências nos diversos setores de trabalho nos domínios da ciência, da técnica, da literatura e da arte. Assim como o repertório musical se enriqueceu enormemente dando inclusive possibilidades aos solistas nacionais, também os programas literários com crônicas e leitura de obras, e o Radio-teatro são de grande interesse para os ouvintes. Nos programas infantis, são aproveitados os pequenos de talento para programas de muita atração; e a popularidade que gozam os espetáculos artísticos e humorísticos provam o reflexo da verve popular.

Dentre outros tópicos a evidenciar nesse mesmo número temos a importância de pesquisas arqueológicas que possibilitaram a reconstituição de uma aldeia de 5000 anos de antiguidade em Habasesti ao norte de Moldavia, tendo sido possível conhecer tudo o que a vida, ocupações e cultura do homem que viveu nessa região nos indicá.

"LA VIE TCHECOSLAVAQUE"

revista que aparece também em inglês e sueco, contém no seu n.º 7, III ano um artigo otimamente documentado com fotografias abundantes sôbre uma exposição de instrumentos musicais feita por ocasião do festival internacional de música "Primavera em Praga", e na qual estavam contidos 3400 tipos diferentes de instrumentos atualmente fabricados na Tchecoslovaquia. Ela teve lugar no Palácio Valdstein, arquitetura do sec. XVII restaurada em toda sua beleza original. A exposição visava mostrar aos compradores estrangeiros todos os tipos de instrumentos de música que aquele país exporta para 63 outros países do mundo; há mais de cinco séculos a Boemia fabrica instrumentos de corda e de sôpro. Atualmente, um quinto dos instrumentos de corda utilizados no mundo são provenientes da Tchecoslovaquia e mais de um quarto dos de sôpro são por ela exportados. Na exposição do Palácio Valdstein via-se desde a pequena ocarina até ao último tipo de órgãos de cinema.

Vários concertos foram apresentados durante a exposição, dentre êles o recital de piano de uma dos maiores virtuosos tchecos que é Jan Páňenka. Alguns concertos apresentaram instrumentos antigos de música agrupados na parte histórica da exposição e tocados pelos professores do Conservatório de Praga. Mas o que constituiu maior interesse foram as novas relações estabelecidas com o mundo musical de todas as partes do globo, e o papel representado pela exposição da derrubada das barreiras artificiais entre as nações, trazendo sua contribuição na normalização do intercâmbio cultural e comercial entre todos os países do mundo.

fundamentos do leitor

Sr. Manuel Zepa — São Paulo.

Ao inaugurarmos esta secção de nossa Revista, tínhamos por objetivo torná-la uma verdadeira tribuna de nossos leitores que poderiam assim apresentar sugestões, críticas, opiniões, etc. Os termos da carta que nos foi enviada por nosso amigo Jorge Falcón, davam a entender que desejava nossa adesão às homenagens a Mariátegui em abril passado, sendo que sua carta chegou-nos com um grande atraso. Por esse motivo, em FUNDAMENTOS 37, respondemos a Jorge Falcón mostrando a impossibilidade de nos associarmos à comemoração. Recebemos, posteriormente, a missiva de nosso leitor Manuel Zepa que veio nos esclarecer. E, desejamos, nesta mesma secção, mostrando assim que nosso objetivo primeiro foi alcançado, dedicar algumas linhas ao grande intelectual peruano.

MARIÁTEGUI

Comemorou-se a 16 de abril passado o 25.º aniversário da morte de José Carlos Mariátegui. Durante o transcorrer deste ano, em vários países, os intelectuais se congregaram para homenagear a memória do ilustre pensador peruano.

Mariátegui não foi apenas um escritor — e escritor de méritos pois já foi colocado ao lado de Barbusse e Rolland por vários críticos — mas, cónscio dos problemas que afligiam o povo peruano, tomou posição ao lado deste contra seus opressores, como se verifica em «Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana». Homem de cultura que era, pesquisou vários setores da atividade intelectual, desde teatro, artes plásticas e cinema, até problemas que hoje são estudados pela moderna psicologia. Alguns frutos desse estudo são «La Escena Contemporânea», «El Artista y la Época», «La Novela y la Vida», exemplos de sua obra. Revolucionário, atacou em seus escritos o fascismo que, na época, imperava na Itália, como se pode verificar na última obra citada e em outros trabalhos atualmente reunidos sob o título geral de «Especimens da Reação».

Comentando a literatura soviética abordou com clareza admirável o problema do realismo socialista e mostrou que o pseudo-realismo burguês havia habituado seus leitores a uma certa idealização dos personagens representativos do bem e da virtude. No fundo, o realismo burguês, em literatura, não havia renunciado ao espírito do romantismo, contra o qual parecia se levantar de maneira antagônica e irreconciliável. Sua inovação era uma inovação de decoração, de idumentária. A burguesia que na história, na política e na filosofia, se havia negado a ser realista, aferrada a seu costume

de idealizar ou de disfarçar suas causas, não poderia ser realista em literatura e, quando chega a esse ponto, seus próprios críticos literários necessitam de termos como «Surrealismo», «Infrarealismo», etc., já que seu «realismo» se torna palavra desacreditada. O verdadeiro realismo, salvo seus precursores — como Tolstoi e Gorki na União Soviética — chega somente com a revolução proletária.

Mas Mariátegui não foi apenas o escritor renomado. Como intelectual consciente não se absteve da luta. Foi não só o pensador mas, também, o militante marxista. Foi um dos organizadores da classe trabalhadora peruana; uniu-se às massas para auxiliá-las em sua educação política e, nesse sentido, publicou importantes obras de sociologia e economia política, colaborou em revistas de cultura, bem como em jornais sindicais e doutrinários da classe operária.

Desta forma, nada mais justo de que esta nossa modesta mas sincera homenagem à memória de José Carlos Mariátegui, líder revolucionário, campeão da classe operária e um dos fundadores da Confederação Geral dos Trabalhadores e do Partido Comunista do Perú.

No 25.º aniversário de sua morte, lamentamos a perda do batalhador mas, expressamos nossa firme convicção de que a senda por êle trilhada, num futuro próximo, se transformará em grandiosa estrada de solidariedade, confraternização e liberdade para toda humanidade.

F. A.

INDICADOR PROFISSIONAL

ADVOGADOS

AVLAD MARTINS FERRAZ
Rua Anchieta, 34 — Sobreloja
Fone 33-7929

RIO BRANCO PARANHOS
AGENOR BARRETO PARENTE

Praça da Sé, 371 — 10.º — Sala 1014
Fone 32-3768

LÉA NOVAIS

CÍCERO SILVEIRA VIANA

JULIO MARIO DIAS DE MORAES

Praça da Sé, 371 — 4.º — sala 415
Fone 35-3314

RAIMUNDO PASCOAL BARBOSA
Avenida 9 de julho, 40 — 5.º andar
— conjunto 5 D — Fone 34-9367

HOLANDO NOIR TAVELLA

Rua Senador Feijó, 69 — 5.º andar
— sala 51

MAURÍCIO DE OLIVEIRA

Rua Senador Paulo Egídio, 34 —
3.º andar — Fone 32-6333

**ITURBIDES BOLIVAR DE
ALMEIDA SERRA**

Rua Benjamin Constant, 23 — 1.º
andar — Salas 1 e 2
Fone 32-8568

*

MÉDICOS

DR. ANTONIO-BRANCO LEFREVE

Moléstias Nervosas
Rua Marconi, 94 — 9.º andar
Fone 36-6073

DR. JOÃO BELLINE BURZA

Clínica do Sistema Nervoso
Av. Paulista, 2.584 ap. 85
Fone 51-0834

DR ALVARO DE FARIA

Moléstias pulmonares e do coração
RAIOS X — Eletrocardiografia
Das 15 horas em diante
Rua Benjamin Constant, 61
Fone 34-6935

ARAGUALUZ

CONTABILIDADE E DESPACHOS LTDA.



Avenida 9 de Julho, 40 — 5.º Pavimento —

Conjunto 5-B — (Praça da Bandeira)

Telefone: 35-1299

SÃO PAULO

fundamentos

leia
assine
divulgue